

**ECONOMIAS PERIFÉRICAS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL:
ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO COMERCIAL BILATERAL ENTRE
BRASIL E ARGENTINA**

ISADORA MARIA PURETZ

Foz do Iguaçu
2024

**ECONOMIAS PERIFÉRICAS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL:
ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO COMERCIAL BILATERAL ENTRE
BRASIL E ARGENTINA**

ISADORA MARIA PURETZ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais e
Integração.

Orientador: Professor Dr. Fábio Borges

Foz do Iguaçu
2024

Isadora Maria Puretz

**ECONOMIAS PERIFÉRICAS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL:
ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO COMERCIAL BILATERAL ENTRE
BRASIL E ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano de
Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração Latino
Americana, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fábio Borges
UNILA

Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Foz do Iguaçu, 16 de outubro de 2024

Dedico esse trabalho aos que criaram as estruturas que me possibilitam realizá-lo, a minha família, cuja força e resiliência me foram suporte toda a vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente foi possível por todo cuidado e apoio que recebi de minha mãe a vida inteira, a qual não apenas me gerou mas construiu comigo a pessoa que sou hoje, não sei o que seria de mim sem Angelita. Por essa importância tão grande em minha vida a agradeço, por garantir toda a base necessária para eu viver bem e com qualidade, por todos os momentos que me orientou e ofereceu suporte. Sem seu incentivo nada disso seria possível, mãe, você é minha grande referência de resiliência nessa vida e o resultado dessa jornada acadêmica é a prova disso.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Irineu Puretz e Evandro Afonso, que a partir de vínculos distintos e de formas diferentes também contribuíram tanto em minha vida. Ao meu pai biológico agradeço por dedicar sua vida em benefício da minha, e por me permitir herdar o bem mais rico que tinha, sua potência de trabalho e força. E ao meu pai de coração, agradeço imensamente por toda estrutura e segurança que oferece à nossa família, você é fundamental para nós.

À Ana Beatriz Puretz, por ser a melhor companheira que eu poderia ter nessa vida, quero agradecer por segurar a minha mão e me permitir acessar sua sabedoria, você é o meu porto seguro. Aos meus irmãos mais novos, Miguel e Gabriela, quero agradecer por tornarem a minha vida mais feliz e iluminada. De modo geral, agradeço à minha família que representa tanto para mim, eu sou uma pessoa de muita sorte por ter vocês.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que foram grandes companheiros nessa jornada, a universidade me possibilitou conhecer pessoas extremamente preciosas, com as quais pude crescer e me desenvolver em conjunto. Especialmente, gostaria de agradecer aos meus melhores amigos, Maria Clara e Edimar, que tanto me ensinam. O apoio incondicional de vocês foi fundamental para meu desabrochar durante a graduação, vocês me trouxeram alegria e amor, para mim vocês também são família.

Dentro do curso de Relações Internacionais e Integração fiz amigos muito especiais que trilharam esse caminho ao meu lado, foram companheiros de vida e

de trabalho, agradeço por sua amizade e companheirismo: Letícia, Ana Beatriz e Flora. A UNILA também me proporcionou outras amigas às quais gostaria de agradecer, Anna Beatriz, Ana Lívia e Carolina, agradeço à vocês que tanto me ouviram falar deste trabalho e foram grandes facilitadoras neste processo.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus professores por todo ensinamento transmitido e competência que exercem ao lecionar, finalizo esse ciclo muito satisfeita com minha escolha de estudar Relações Internacionais e Integração na UNILA. Sobretudo, agradeço ao meu orientador Fábio Borges por me guiar neste trabalho, sem sua ajuda não teria chegado até aqui.

À todos vocês, obrigada por acreditarem em mim! Espero estar fazendo um bom trabalho.

“[...] O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para instalar-se e demoram muito para desaparecer”

Fernand Braudel

RESUMO

Este trabalho busca destacar processos políticos e de integração regional relacionados às estruturas do sistema centro-periferia, a fim de compreender as dinâmicas político-econômicas que permeiam o comércio internacional dos Estados periféricos na atualidade. Para isso, utiliza-se de uma breve exposição dos fatores determinantes para a constituição das realidades nacionais latino-americanas como são hoje, nesse sentido aplicando a metodologia do estruturalismo histórico. Por meio desse método é observado o histórico da associação comercial entre Argentina e Brasil, a partir das iniciativas integracionistas, analisando os últimos governos de ambos países. Assim considera-se a influência das respectivas políticas externas sobre a relação bilateral, associadas aos objetivos de integração econômica com o propósito de transformar a condição periférica. Os dois Estados são importantes sócios comerciais e exercem protagonismo sobre a integração regional, dessa forma se estabelece como prioridade preservar essa relação, em direção ao aprofundamento e aproximação. Através desta aliança são vislumbrados caminhos para o reposicionamento internacional e transformação econômica desses Estados, devido à caracterização da sua cooperação, beneficiando o intercâmbio comercial equitativo e fortalecendo-se internacionalmente. Dessa forma, os governos nacionais convertem-se em atores centrais para continuidade das relações comerciais e da integração comercial. A fim de investigar a condição atual da associação bilateral brasileiro-argentina, atuante no sistema centro-periferia, é analisada a conjuntura comercial e política a partir de dezembro de 2019 até a atualidade. São perpassadas as gestões presidenciais de Alberto Fernández e Javier Milei na Argentina, assim como de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. Por fim, obtiveram-se conclusões qualitativas e quantitativas acerca do estado atual da relação bilateral dessas economias em desenvolvimento, refletindo sobre o progresso da transformação estrutural socioeconômica através das iniciativas regionais.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, governos nacionais, política externa, relações comerciais, integração comercial, economias em desenvolvimento.

RESUMEN

Este trabajo busca destacar procesos políticos y de integración regional relacionados a las estructuras del sistema centro-periferia, con el fin de comprender las dinámicas político-económicas que impregnan el comercio internacional de los Estados periféricos en la actualidad. Para ello, se utiliza una breve exposición de los factores determinantes para la constitución de las realidades nacionales latinoamericanas tal como son hoy, aplicando en este sentido la metodología del estructuralismo histórico. A través de este método se observa el histórico de la asociación comercial entre Argentina y Brasil, a partir de las iniciativas integracionistas, analizando los últimos gobiernos de ambos países. Así, se considera la influencia de las respectivas políticas exteriores sobre la relación bilateral, asociadas a los objetivos de integración económica con el propósito de transformar la condición periférica. Ambos Estados son importantes socios comerciales y ejercen protagonismo sobre la integración regional, por lo que se establece como prioridad preservar esta relación, hacia el profundizamiento y acercamiento. A través de esta alianza se vislumbran caminos para el reposicionamiento internacional y la transformación económica de estos Estados, debido a la caracterización de su cooperación, beneficiando el intercambio comercial equitativo y fortaleciéndose internacionalmente. De esta manera, los gobiernos nacionales se convierten en actores centrales para la continuidad de las relaciones comerciales y la integración comercial. Con el fin de investigar la condición actual de la asociación bilateral argentino-brasileña, operante en el sistema centro-periferia, se analiza la coyuntura comercial y política desde diciembre de 2019 hasta la actualidad. Se abordan las gestiones presidenciales de Alberto Fernández y Javier Milei en Argentina, así como de Jair Bolsonaro y Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil. Por último, se obtuvieron conclusiones cualitativas y cuantitativas sobre el estado actual de la relación bilateral de estas economías en desarrollo, reflexionando sobre el progreso de la transformación estructural socioeconómica a través de las iniciativas regionales.

Palabras-clave: Brazil, Argentina, gobiernos nacionales, política externa, relaciones comerciales, integración comercial, economías en desarrollo.

ABSTRACT

This work aims to highlight the politics and regional integration processes that are related to the structures of the center-periphery system, in order to understand the political-economic dynamics that permeate the international trade of peripheral states today. Therefore, a brief exposition of the determining factors of the constitution of Latin American national realities as they are today is used, applying the methodology of historical structuralism in this sense. Through this method, the history of the trade association between Argentina and Brazil is observed, starting with integrationist initiatives, analyzing the most recent governments of both countries. Thus, the influence of their respective foreign policies on the bilateral relationship is considered, associated with the objectives of economic integration with the aim of transforming their peripheral condition. Both states are important trade partners and play a leading role in regional integration, making it a priority to preserve this relationship, aiming for deeper ties and closer cooperation. Through this alliance, paths are envisioned for the international repositioning and economic transformation of these states, due to the nature of their cooperation, benefiting equitable trade exchange and strengthening their international presence. Thus, national governments become central actors for the continuity of trade relations and trade integration. In order to investigate the current condition of the Brazil-Argentina bilateral association, operating within the center-periphery system, the commercial and political situation is analyzed from December 2019 until current days. The presidential administrations of Alberto Fernández and Javier Milei in Argentina, as well as Jair Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva in Brazil, are examined. Finally, qualitative and quantitative conclusions were reached about the current state of the bilateral relationship between these developing economies, reflecting on the progress of socioeconomic structural transformation through regional initiatives.

Key words: Brazil, Argentina, national governments, foreign policy, trade relations, trade integration, developing economies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ApexBrasil Investimentos	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Aliança Latino-Americana de Livre-Comércio
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão econômica para a América Latina
DIT	Divisão internacional do trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
ISI	Industrialização por substituição de importações
Mdic	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
UBA	Universidad de Buenos Aires
UE	União Europeia
Unasul	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO COMÉRCIO MUNDIAL.....	17
1.1 Colonialismo e extrativismo: a constituição econômica da América Latina a partir do século XVI.....	18
1.2 Heranças coloniais: a divisão internacional do trabalho e o sistema centro-periferia.....	22
1.2.1 A proposta cepalina ao desenvolvimento industrial da América Latina: uma via alternativa frente à condição periférica.....	28
1.3 A integração econômica e comercial da América Latina: uma alternativa para o fortalecimento da região.....	33
2. A PERIFERICIDADE E A INTEGRAÇÃO COMERCIAL: ANÁLISE DE CASO ARGENTINA E BRASIL.....	36
2.1 Um breve apanhado sobre o histórico comercial e integracionista da associação Brasil-Argentina.....	38
2.2 O distanciamento da associação argentino-brasileira: as políticas externas de Fernández e Bolsonaro.....	42
2.3 Relações entre Argentina e Brasil na atualidade.....	51
2.3.1 As relações Brasil-Argentina no governo de Lula e Fernández.....	58
2.3.2 As relações Brasil-Argentina no governo de Lula e Milei.....	61
3. ESTRUTURALISMO HISTÓRICO E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL: O CASO BRASIL E ARGENTINA.....	67
3.1 A associação Brasil e Argentina na atualidade: correlação entre o sistema centro-periferia e a integração regional.....	70
3.2 Projeções futuras sobre o bilateralismo argentino-brasileiro.....	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

INTRODUÇÃO

A inserção latino-americana no comércio internacional deu-se através de um processo histórico complexo, que remonta à chegada dos europeus à região no século XVI e a formação das dinâmicas socioeconômicas regionais a partir desse momento. Desde aquele período, a América Latina representou uma fonte abundante de recursos nacionais para a Europa, a priori utilizada para atender às demandas das metrópoles e, posteriormente, dos países industrializados (GALEANO, 2000). Essa configuração produtiva moldou as bases para um sistema internacional desigual, ao consolidar as posições internacionais de cada região, algumas como produtoras primárias e outras como produtoras industrializadas.

As colônias ao serem determinadas como fonte de matérias-primas tiveram sua função produtiva e comercial determinada, assim constituíram-se como fornecedoras mundiais de commodities, enquanto os receptores de seus recursos naturais utilizavam-os para produção de manufaturas e geração de capital. Dessa forma, algumas regiões do mundo enriqueceram e desenvolveram-se, enquanto outras permaneceram debilitadas e em condição exploratória (GALEANO, 2000). Essa dinâmica, séculos mais tarde, resultou na divisão internacional do trabalho, que apenas reforçou as estruturas estabelecidas, ao reafirmar a consolidação dos setores produtivos de cada região.

Ao decorrer dos séculos, a América Latina permaneceu produzindo com foco no setor primário para exportação. Tal papel enquanto fornecedora de commodities impôs sérias limitações ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico da região, contribuindo para desvantagens significativas nas relações comerciais globais (GALEANO, 2000). E nesse sentido, reforçou as posições produtivas e comerciais internacionais, determinando diferentes níveis de crescimento e desenvolvimento econômico.

A dinâmica socioeconômica estabelecida a partir da colonização moldou a realidade da região, perpetuando as desigualdades no sistema internacional. A análise dessa realidade foi aprofundada por teóricos como Raúl Prebisch, sobre a qual desenvolveu o conceito de sistema centro-periferia, referente à organização internacional dos Estados entre países centrais e países periféricos. As posições

desse sistema são definidas a partir do nível desenvolvimento econômico dos países, assim como das realidades nacionais, o que determina os benefícios ou prejuízos que experimentam.

No sistema centro-periferia predomina a desigualdade nas trocas comerciais entre os países centrais e periféricos, o que perpetua a subalternidade econômica das nações periféricas, como a América Latina, que permanecem dependentes da exportação de commodities. A exploração colonial serviu como o elemento central na formação dessa divisão internacional do trabalho (DIT), definindo a América Latina como uma região produtora e exportadora de commodities para os grandes centros industriais. O que intensificou-se ao longo dos séculos, com as economias da região sendo moldadas para atender às exigências do mercado externo, especialmente da Europa, e, mais tarde, dos Estados Unidos (PREBISCH, 2000).

Essa divisão entre países industrializados (centro) e não industrializados (periferia) gerou uma dinâmica de dependência que persiste até a atualidade, refletindo uma herança colonial ilustrada através das economias primárias, pouco diversificadas e vulneráveis às oscilações do mercado global. Frente aos desafios decorrentes dessa realidade, surgiram iniciativas regionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que buscaram transformar a condição periférica das economias latino-americanas e fortalecer sua posição no sistema internacional.

A CEPAL trouxe à tona a necessidade de políticas de desenvolvimento como um meio para reduzir a dependência das exportações primárias e reverter as desigualdades criadas pela DIT. Nesse sentido, propôs a industrialização por substituição de importações (ISI), a reforma agrária e a redistribuição de renda, como algumas das estratégias propostas para promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (PINHEIRO, 2018). As propostas cepalinas, em conjunto com a teoria prebischiana, foram base para o modelo de transformação da realidade latino-americana, ambos foram fundamentais para o processo de integração regional observado na região.

Com o passar dos anos, as propostas da CEPAL evoluíram, incorporando novas preocupações, como a sustentabilidade e a coesão social, além de destacar

o papel central do Estado e da integração regional para alcançar o progresso técnico e melhorar o padrão de vida da população. Nesse sentido, a integração econômica e comercial da América Latina foi reconhecida como uma estratégia crucial para o fortalecimento da região no cenário internacional e para a promoção de mudanças estruturais. Para isso, a comissão destacou esse processo integracionista como uma alternativa para superar os problemas socioeconômicos comuns entre os países latino-americanos (CEPAL, 2023).

Iniciativas como a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) e, mais tarde, o Mercosul, surgiram com o objetivo de promover a cooperação entre os países e fortalecer suas economias. Ao reduzir barreiras comerciais e promover maior integração, a América Latina poderia ampliar seus mercados, melhorar sua infraestrutura e fomentar o crescimento econômico, enfrentando de forma mais eficaz as pressões impostas pelo sistema centro-periferia (BOSSO, 2023). Nesse contexto, o relacionamento entre Argentina e Brasil tornou-se emblemático para a dinâmica de integração econômica e comercial, ao superarem sua rivalidade histórica em prol da cooperação com objetivos compartilhados.

Historicamente, ambos os países têm sido protagonistas nos esforços de integração regional na América Latina. Este estudo de caso foca nas relações comerciais e políticas externas entre esses dois países, considerando os impactos das transições governamentais recentes sobre sua associação bilateral e seu posicionamento no sistema centro-periferia. A partir da análise dos governos de Alberto Fernández e Javier Milei na Argentina, bem como de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, busca-se compreender como as direções políticas influenciam as relações comerciais e impactam na integração regional.

Assim, considerando a relevância da associação bilateral desses Estados, tanto para suas realidades nacionais quanto para a integração regional, devido ao seu caráter transformador das estruturas político-econômicas do sistema internacional. Recentemente, a relação entre Brasil e Argentina enfrentou um período de distanciamento durante as presidências de Alberto Fernández e Jair Bolsonaro. Esse intervalo foi caracterizado por uma deterioração significativa nas

relações bilaterais, marcada por divergências ideológicas e políticas que resultaram em um clima de hostilidade e ausência de diálogo diplomático.

Esse retrocesso na cooperação histórica enfraqueceu a integração regional, especialmente no âmbito do Mercosul. Com as novas administrações de Lula e Milei, surge uma nova perspectiva para a parceria Brasil-Argentina. Embora ambos os líderes apresentem visões distintas, suas interações iniciais indicam uma reconfiguração, que poderá moldar o futuro das relações comerciais e políticas entre os dois países.

Este trabalho propõe-se a analisar as dinâmicas do bilateralismo argentino-brasileiro à luz desses governos, explorando como a continuidade da colaboração pode ser a chave para superar os desafios que ambos os países enfrentam no contexto internacional. Visto que a relação entre Brasil e Argentina, duas das maiores economias da América Latina, é de suma importância para a dinâmica política e econômica da região. Este estudo visa, portanto, avaliar como a integração econômica comporta-se como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural, promovendo um comércio mais equilibrado e uma maior autonomia em relação às economias centrais.

Além disso, é enfatizada a relevância da colaboração bilateral como um catalisador para a consolidação de uma América Latina fortalecida e unida, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e alcançar suas metas de crescimento. Sobretudo, através da análise realizada neste estudo busca-se compreender a constituição histórica da região para assim visualizar os desafios que permeiam as realidades nacionais até a atualidade, nesse sentido utilizando-se do estruturalismo histórico como ferramenta metodológica. Para, desse modo, avaliar os impactos das políticas externas dos recentes governos sobre essa conjuntura, a fim de contribuir analiticamente com o processo de transformação socioeconômica desses países periféricos.

1. O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO COMÉRCIO MUNDIAL

A inserção latino-americana no comércio internacional iniciou-se com a “descoberta” da região, quando os Estados europeus determinaram os territórios americanos como fonte de matérias-primas e riquezas, ainda durante o século XVI. Desde então a função comercial da região tem sido de abastecimento dos centros, a priori das metrópoles e em seguida dos polos industriais, o que foi determinado inicialmente através do projeto extrativista europeu, e posteriormente pela colonização. Séculos mais tarde, a industrialização também tornou-se um fator determinante para a posição latino-americana, pois através da divisão internacional do trabalho foi reafirmada sua função de fornecedor mundial de matérias-primas.

Ainda após a colonização, a América Latina seguiu vivenciando uma dinâmica socioeconômica e comercial similar à dos séculos anteriores, devido a continuidade do processo de separação mundial garantida por meio da divisão internacional do trabalho. A partir do extrativismo colonial os Estados latino-americanos exerceram o papel de exportadores massivos de commodities no sistema internacional, acompanhado da consequência da não industrialização, o que qualificou-os enquanto parte em desvantagem nos intercâmbios comerciais com países industrializados. Formando a linha de processos históricos consequentes que determinaram a posição internacional dessa região, constituindo uma divisão mundial, conceituada por Prebisch como o sistema centro-periferia.

Tal conceito refere-se à dinâmica socioeconômica do sistema internacional dividida entre Estados industrializados produtores de manufaturas como o “centro” e Estados não industrializados exportadores de matérias-primas enquanto “periferia”, compondo relações comerciais desiguais (PREBISCH, 2000). Em paralelo ao cenário de inserção desigual da América Latina no comércio mundial surgem as iniciativas cepalinas e os movimentos de integração, com o intuito de transformar a realidade dos Estados da região, assim como de reposicioná-los internacionalmente através do fortalecimento das associações regionais.

1.1 Colonialismo e extrativismo: a constituição econômica da América Latina a partir do século XVI

O empreendimento colonial europeu promoveu a inserção internacional da América Latina, caracterizada pela função de abastecimento de matérias-primas e riquezas aos pólos centrais do mundo. As navegações ainda consistiam em um projeto extrativista quando Cristóvão Colombo chegou à região em 1492, financiado por empresários e conquistadores, em busca de especiarias e metais preciosos. A descoberta da fonte inesgotável de minérios converteu-se em uma oportunidade de independência do comércio das especiarias e plantas tropicais, além de representar um meio de aquisição de metais preciosos, formando um conjunto de justificativas suficiente para a elite europeia iniciar financiamentos às navegações em prol do acesso à essa fonte (GALEANO, 2000).

Mais tarde essa oportunidade fez-se algo muito mais vantajoso, garantindo a posição europeia enquanto centro¹ do comércio mundial, assim como a intensificação do enriquecimento dessa região nos séculos seguintes à “descoberta” das Américas. Conforme apontado por Eduardo Galeano (2000), durante o século XVI toda a Europa necessitava de prata, e a América Latina foi encarada como essa “fonte inesgotável”. A quantidade de prata extraída na América Hispânica no século XVI representou um volume três vezes maior do que a Europa possuía em reservas anteriormente, ilustrando dois movimentos, o intenso fluxo de exploração e o enriquecimento europeu através das riquezas latino-americanas (GALEANO, 2000).

Através da exploração na região os povos europeus garantiram não apenas o suprimento de recursos mas também alcançaram a acumulação de capital necessária para seu desenvolvimento, o que foi essencial para a definição de sua posição internacional central, conforme destacado por Mandel:

La afluencia de esta gigantesca masa de capital a las naciones mercantiles de Europa entre los siglos XVI y fines del XVIII, no sólo creó un ambiente favorable a las inversiones y el «espíritu de empresa», sino que en muchos casos comprobables financió directamente el establecimiento de

¹ O conceito centro-periferia de Prebisch.

manufacturas y fábricas que dieron impulso a la revolución industrial
(Mandel, 1970, p. 120)

A espoliação de riquezas foi um fator essencial para o desenvolvimento industrial e acumulação de capital na Europa nos séculos seguintes à “descoberta”, visto que foram alcançados, em grande parte, através do extrativismo e colonização de outras regiões (MANDEL, 1970). Ainda que nos territórios latino-americanos houvesse abundância desses recursos, que foram fonte principal da acumulação de capital na Europa, tais riquezas foram espoliadas - uma contribuição involuntária ao progresso alheio. Enquanto ocorria o movimento contrário na região explorada, a crescente debilitação através do envio de recursos para a Europa configurou um cenário que impedia a acumulação de capital nas Américas, processo essencial para o desenvolvimento.

A dinâmica exploratória sobre os recursos naturais e humanos estabelecida a partir da chegada dos europeus na região foi possibilitada por suas vantagens técnicas durante os confrontos com os povos originários, lhes garantindo a posição de usurpadores e dominadores, viabilizando o início do processo de escravidão dos nativos e a espoliação das riquezas regionais. As disparidades apresentaram-se como elemento crucial para os fatos decorrentes da chegada europeia no continente, visto que na Europa já viviam-se os ganhos do Renascimento, aos quais a “criação” da América foi incorporada. Situação elucidada por Galeano neste excerto de “As veias abertas da América Latina”:

Nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro nem o arado, nem o vidro e a pólvora, nem empregava a roda, a não ser em pequenos carrinhos. A civilização que se abateu sobre estas terras, vinda do além-mar, vivia a explosão criadora do Renascimento: a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna (Galeano, 2000, p 13.)

A posição vantajosa dos europeus não foi alcançada por superioridade étnica ou cultural, mas devido às disparidades de conhecimento técnico e bélico, somadas à estruturação do que foi conceituado por Quijano como “colonialidade do poder”.

Tal conceito refere-se às estruturas e dinâmicas de poder estabelecidas nas sociedades colonizadas, perpetuadas até a atualidade, instaurando uma organização internacional propagadora dos moldes coloniais. Através da colonialidade do poder mantiveram-se heranças coloniais, refletidas não apenas nas realidades sociais das ex-colônias, mas também no sistema internacional e na atividade econômica.

A colonialidade do poder consolidou-se a partir da dominação colonial, deliberadamente estabelecida e organizada em prol da produção de mercadorias para o mercado mundial, beneficiando o capitalismo e a Europa. Esse movimento permitiu que os europeus assumissem o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial, convertendo-se em sede central (QUIJANO, 2005). O debate levantado por Quijano sobre a dominação de recursos naturais e humanos, assim como o estabelecimento da colonialidade do poder, permite observar como a colonização inseriu de forma desigual a América Latina na economia global capitalista a partir do momento que foi determinada como fornecedora mundial de matérias-primas.

Mediante a espoliação de recursos e o controle do mercado mundial, a Europa pôde estabelecer a sua posição central no capitalismo e no comércio mundial (QUIJANO, 2005). Em paralelo, a economia das colônias consolidou-se em função das necessidades europeias, ou seja, produzindo o que a metrópole demandava e subordinando-se ao mercado externo com foco na exportação. Assim, à medida que a Europa definiu-se enquanto centro, a periferização da América Latina apresentou-se como uma consequência decorrente da sua condição enquanto território colonizado.

O empreendimento colonial moldou as estruturas socioeconômicas da região, como elemento determinante das dinâmicas internacionais até a contemporaneidade, ilustrando as heranças coloniais conceituadas por Quijano. Dessa forma, consolidando o entendimento de que a periferização mundial da América Latina ocorreu através de um processo histórico segmentado em etapas, iniciado com o projeto extrativista europeu desencadeado na colonização precursora da divisão internacional do trabalho preponderante ao estabelecimento do sistema

centro-periferia. Esse processo teve como principal impacto a definição dos setores produtivos dos Estados que foram colonizados, enquanto economias primárias com foco na exportação, configuração que segue sendo experimentada.

1.2 Heranças coloniais: a divisão internacional do trabalho e o sistema centro-periferia

A exploração colonial foi fundamental para a constituição da divisão internacional do trabalho, reforçada com as revoluções industriais, ambos processos foram determinantes ao papel latino-americano enquanto produtor e exportador mundial de commodities (PREBISCH, 2000). A partir da colonização a Europa consolidou-se como produtora de manufaturas e garantiu as bases para seu desenvolvimento industrial, além de determinar a produção das economias coloniais ao setor primário com foco na exportação. Com as revoluções industriais obteve maior progresso técnico e aumento da renda, reafirmando sua posição central no mundo, garantindo vantagens para si.

Historicamente a DIT está delineada pela distinção entre países produtores de bens de valor agregado e países de produção primária, configurando uma dinâmica na economia internacional que divide os Estados a partir de sua qualificação a participar ativamente do sistema comercial mundial. Observa-se que enquanto alguns desfrutam da sua adequação, outros sofrem por sua condição anômala nesse sistema, apontando para a ineficácia de uma ordem internacional incapaz de produzir riqueza e progresso com equidade. A divisão internacional do trabalho caracterizou um mundo economicamente bipolar, em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outros foram direcionados a especializar-se em perder (GALEANO, 2000).

O esquema de divisão internacional do trabalho tomou grande vigor a partir do século XIX, e é observado até os dias de hoje nas dinâmicas comerciais, nesse sistema a América Latina compõe a parte periférica responsável por produzir alimentos e matérias-primas para grandes centros industriais (PREBISCH, 2000). A região ocupa essa posição desde a colonização, quando iniciou-se a estruturação dessa ordem internacional, a partir daquele momento lhe foi atribuída essa função. O processo de periferização latino-americana no comércio mundial é caracterizado através da atribuição desse papel específico de produção primária em prol dos grandes centros.

A iniciativa colonizadora foi essencial para a estruturação da divisão internacional do trabalho, que caracteriza o sistema centro-periferia, pois a partir do colonialismo estabeleceram-se relações de exploração econômica pautadas na hierarquia de poder internacional e relações de dependência. Essa dinâmica de exploração das metrópoles sobre as colônias reflete-se nas trocas comerciais da atualidade, parte majoritária dos atores ocupam as mesmas posições da colonização, sendo as metrópoles os atuais centros e as colônias as periferias. Ainda após as independências, a maioria das ex-colônias seguem com economias pouco diversificadas e dependentes de exportações de matérias-primas, com pouca base industrial.

Os Estados dividiram-se entre periferia e centro a partir dessa sistematização comercial no mundo, o que foi sustentado através das estruturas coloniais consolidadas desde o século XVI, influenciando nas realidades econômicas nacionais e no posicionamento internacional desses países. Nesse debate, o setor econômico assume uma posição central, visto que as bases das economias configuram-se também como fator determinante para o lugar que ocupam no sistema centro-periferia.

A premissa de que nesse modelo de produção há benefícios para todas as partes através das vantagens comparativas² é invalidada ao observar que a distribuição do progresso técnico não ocorre de forma equitativa entre todos os Estados, mesmo no intercâmbio internacional, pois a queda de preços e o aumento da renda não ocorrem de forma igualitária por todo o mundo. Os países produtores primários perdem os benefícios clássicos do intercâmbio, o que restringe os ganhos às populações dos Estados centrais, enquanto as periferias não desfrutam dos frutos dos progressos na mesma medida promovendo condições discrepantes nos padrões de vida (PREBISCH, 2000).

² A teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo, argumenta que mesmo que um país seja menos eficiente (ou tenha uma desvantagem absoluta) na produção de todos os bens em comparação com outro país, ele ainda pode se beneficiar do comércio ao se especializar na produção dos bens nos quais tem uma vantagem comparativa.

Essa dinâmica de comércio internacional desigual foi teorizada por Prebisch como o sistema centro-periferia, caracterizado a partir das diferenças nos setores produtivos que apresentam-se entre os países, assim como pelas divergências estruturais sociopolíticas. Ao analisar as divisões internacionais advindas da estruturação histórica do comércio mundial, Prebisch produziu uma análise sistêmica no âmbito da CEPAL³, classificando os Estados em duas categorias: centro e periferia..

Tal conceito refere-se ao funcionamento do comércio mundial, no qual países centrais são qualificados por sua industrialização e progresso técnico, beneficiados por sua capacidade de exportar produtos manufaturados com maior valor agregado. Enquanto os países periféricos ocupam a posição de desvantagem no comércio internacional, devido à suas economias dependentes da exportação do setor primário e menor desenvolvimento industrial (PREBISCH, 2000). Essas divergências dos setores produtivos centrais e periféricos intensificam as desigualdades comerciais a partir da deterioração dos termos de troca, decorrente da diferença de preços dos produtos exportados e importados.

Os Estados periféricos sofrem com a deterioração dos termos de troca devido ao foco na produção primária, por conta da volatilidade dos preços das commodities sob influência de fatores externos, esses produtos sofrem grande impacto da demanda global e oscilações internacionais. Assim configuram-se trocas comerciais nas quais a relação de valores entre exportação e importação diminui ao longo do tempo, promovendo a necessidade de exportar mais bens para importar a mesma quantidade de produtos (PREBISCH, 2000). De forma geral, na atual ordem econômica internacional a produção majoritária no setor primário está em posição de desvantagem, o que ilustra os efeitos da falta de equidade sobre a distribuição dos benefícios do progresso técnico.

Essa divisão internacional intensificou-se com a industrialização ao final do século XIX e início do século XX, a partir desse momento observa-se o sistema conceituado por Prebisch, por conta do progresso técnico alcançado por economias centrais. Em paralelo, economias periféricas mantiveram a produção primária e sua

³ CEPAL: Comissão econômica para América Latina e Caribe.

consequente posição de desvantagem comercial, enfrentando os efeitos da deterioração dos termos de troca. Nesse contexto os Estados Unidos surgem como novo centro cíclico a partir de sua ascendência na economia internacional, ao converter-se em uma grande potência econômica após a 2ª Guerra Mundial, com a América Latina assumindo o papel de sua periferia (PREBISCH, 2000).

O processo de reposicionamento dos Estados Unidos fugiu do padrão clássico de industrialização, sendo observado como uma exceção às regras clássicas e alterando as dinâmicas internacionais pré-existentes às grandes guerras (PREBISCH, 2000). Com a ascensão internacional estadunidense, observam-se mudanças no sistema vigente, que apesar de seus impactos nas dinâmicas mundiais não alterou a posição periférica latino-americana. Nesse sentido, as transformações aplicadas sobre a realidade latino-americana surgiram no âmbito da fonte de influência internacional, visto que a partir desse momento não era periférica somente à Europa.

Historicamente as economias latino-americanas apresentam alto coeficiente de comércio exterior, com índices elevados de importações, tornando-as sensíveis às oscilações externas. O aumento da produtividade dos países industrializados estimulou a demanda de produtos primários, e representou um elemento dinâmico importante no crescimento da América Latina no século XX (PREBISCH 2000). Entretanto, esse crescimento não representou vantagens para a periferia sobre o aumento da produtividade, pois o progresso técnico esteve concentrado na indústria e não na produção primária.

Apesar do crescimento da renda desses Estados, ocasionado por maior demanda, o aumento da produtividade provocou a queda de preços tanto em produtos industrializados quanto em produtos primários. Esse movimento caracteriza como o progresso técnico tem impactos desiguais sob a periferia e o centro, visto que os países periféricos não desfrutam da baixa de preços dos produtos finais da mesma forma que países centrais (PREBISCH, 2000). Esse padrão de comportamento dos intercâmbios comerciais entre centro e periferia foi observado por Prebisch:

Nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiríveis nos anos 1860 com a mesma quantidade de

produtos primários; ou seja, necessitava-se, em média, de 58,6% mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria. (Prebisch, 2000, p. 82)

Dessa forma, os países que haviam alcançado alto grau de eficiência técnica não dividiram os frutos desse avanço com o resto do mundo, dado que a redução dos preços dos produtos finais estava acompanhada da redução dos preços de produtos primários. Assim, observa-se como a divisão internacional do trabalho pressupõe uma falsa premissa de distribuição equitativa do progresso técnico, que se fosse real, não haveria nenhum benefício econômico na industrialização da América Latina (PREBISCH, 2000).

Por meio da análise de Prebisch, observa-se nas dinâmicas internacionais a estrutura de dependência criada durante a era colonial que persiste no sistema econômico global. A divisão centro-periferia não é apenas uma questão de atraso ou subdesenvolvimento, mas uma relação sistêmica que beneficia os países centrais à custa dos periféricos, perpetuando desigualdades globais. Configurando o conceito centro-periferia como uma categoria que perpassa o debate econômico e desenvolvimentista, pois também incorpora processos e fatores sociopolíticos influentes nesse processo.

A importância da análise dessa conjuntura para além de termos puramente econômicos também foi apontada por Ernest Mandel, em seu texto acerca da industrialização nas periferias:

El verdadero obstáculo a la industrialización de los países en desarrollo no consiste, por tanto, en la falta de recursos —dicho de otra manera: en la falta de capital-dinero—, sino en aquellas condiciones socio-económicas que conspiran contra la movilización y colocación productiva en la industria del producto social excedente. (Mandel, 1970, p. 128)

Os principais desafios para a industrialização dos Estados periféricos não estão relacionados apenas às questões de atraso econômico ou falta de recursos, mas também às estruturas apresentadas na conjuntura em que estão inseridos (MANDEL, 1970). Os arranjos internacionais seguem perpetuando o papel dos

Estados periféricos no sistema econômico mundial, em condição de desvantagem nos intercâmbios comerciais e em sua posição internacional, indicando o caráter de herança colonial do sistema centro-periferia.

Nesse sentido, os Estados periféricos enfrentam o desafio de reposicionar-se em um sistema internacional com uma ordem econômica estabelecida a partir das desvantagens de uma parte em prol das vantagens de outra. O objetivo da CEPAL é superar esses obstáculos estruturais para alcançar o desenvolvimento econômico e social, a favor disso Prebisch realizou a análise do sistema centro-periferia buscando compreender o funcionamento das dinâmicas internacionais com a ambição de que a realidade latino-americana seja transformada.

1.2.1 A proposta cepalina ao desenvolvimento industrial da América Latina: uma via alternativa frente à condição periférica

A CEPAL propôs políticas de gestão para os desafios da realidade socioeconômica latino-americana, considerando os obstáculos ao desenvolvimento como consequência das estruturas internacionais. O caminho sugerido perpassa o entendimento da atual ordem internacional que tem os Estados Unidos como principal centro cíclico, ainda com a presença de outros centros paralelos, a fim de compreender as influências tangentes sob as periferias. Assim, além dos movimentos de transformação das bases econômicas nacionais, também faz-se necessária a assimilação da conjuntura que os Estados periféricos estão inseridos, para que possam conduzir-se mais estrategicamente.

A abordagem cepalina recomenda ações de política econômica, visando transformar a estrutura de produção, pois considera que o desenvolvimento econômico ocorre a partir do controle das estruturas sociais nacionais sobre as forças produtivas. Nessa direção, propõe iniciativas estatais como: a industrialização por substituição de importações, reforma da produção agrária, equalização territorial, fortalecimento do mercado interno e redução da exposição externa das economias periféricas à conjuntura econômica mundial (PINHEIRO, 2018).

Desse modo seriam criadas estruturas basais para o desenvolvimento, prevendo a centralidade do Estado nesse processo, como promotor das condições que constituem os pilares nacionais necessários para superar os desafios socioeconômicos. As propostas seguem o enfoque estruturalista da comissão, que também prioriza o crescimento equitativo, logrando progresso técnico e justiça social. O modelo desenvolvimentista cepalino traz a igualdade como eixo central de seus objetivos, buscando equidade social através da transformação econômica, indo além da equalização através da distribuição de renda.

Na década de 50, a recém criada comissão orientou o desenvolvimento através de políticas de industrialização estatais, a fim de reduzir a desigualdade entre as economias mundiais. Naquele momento Raúl Prebisch ocupou o cargo de secretário executivo da CEPAL, realizando diagnósticos das implicações políticas

que a região enfrentava (CEPAL, 2023). Defendeu a crucialidade da industrialização para superar os desafios do sistema centro-periferia, não como o fim, mas um meio para que os Estados periféricos alcançassem benefícios do progresso técnico e elevação do padrão de vida nacional (PREBISCH, 2000).

Frente a condição periférica dessas economias, e a especialização produtiva e exportadora no setor primário, Prebisch advogou a favor do processo industrializador. Para isso apontou a necessidade do apoio deliberado do Estado, seguido da produção de bens de capital e da promoção da integração econômica e comercial da região (CEPAL, 2023). O alto coeficiente de comércio exterior da região é um ponto positivo para esse processo, pois o desenvolvimento da indústria pode ser impulsionado através da receita desse setor, ao extrair elementos propulsores do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 2000).

Nas décadas seguintes, entre 1960 e 1980, a CEPAL focou em dinamizar a industrialização, propondo reformas agrárias e políticas de redistribuição de renda para reduzir as desigualdades estruturais e a dependência, identificando a organização social como um obstáculo ao progresso técnico. Nesse momento, o pensamento cepalino se expandiu para incluir preocupações ambientais e dificuldades de crescimento econômico, promovendo estilos de desenvolvimento sustentável e incentivando as exportações regionais de manufaturas (CEPAL, 2023).

Durante a “década perdida” de 1980 a comissão deparou-se com a profunda crise socioeconômica na região, frente à isso buscou renegociar a dívida externa e aplicar ajustes macroeconômicos para retomar o crescimento, através de políticas de mitigação dos impactos da crise. Nesse contexto, fortaleceu-se a convicção de que o crescimento econômico é indissociável da equidade social. Já nos anos 90, buscaram transformar as estruturas produtivas da região, promovendo metas compartilhadas entre os Estados da região - estratégias de crescimento econômico, equidade distributiva e inserção internacional competitiva mediante a incorporação do progresso técnico na estrutura produtiva (CEPAL, 2023).

A partir da aceleração da globalização, no início do século XXI, surgiram novas oportunidades para a América Latina, assim como emergiram novas metas

de desenvolvimento. O aumento do comércio mundial e o cambio tecnológico acelerado produziram, ao mesmo tempo, aumento das desigualdades nas nações e também entre elas. Frente a isso a CEPAL apontou a necessidade do equilíbrio das assimetrias da globalização com objetivo de alcançar o desenvolvimento baseado na transformação produtiva, na equidade distributiva e na coesão social que já defendia anteriormente (CEPAL, 2023).

Ao decorrer das décadas, a instituição desenvolveu projetos e objetivos compartilhados entre os Estados da região, a fim de alcançarem as metas estabelecidas em benefício do desenvolvimento e crescimento econômico. Desde os anos 2000 constituíram-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos conjuntos internacionais partilham os mesmos propósitos da CEPAL.

A comissão foi transformando-se ao passar do tempo, desde 2010 a igualdade que sempre foi um tema presente nos debates cepalinos tornou-se tópico central. Seguindo essa linha, em 2018 propôs alinhamentos estratégicos para a eficiência dinâmica das economias da região sobre a base da igualdade, defendendo maiores investimentos públicos e privados para diversificar a estrutura produtiva e nivelar disparidades. Em um posicionamento ainda mais recente, a partir de 2020 sugere a transformação do modelo de desenvolvimento mirando maior produtividade, inclusão e sustentabilidade (CEPAL, 2023).

A pandemia da COVID-19 destacou fragilidades e vulnerabilidades, a América Latina foi a região que mais sofreu com contágios e mortes, assim como pela magnitude da deterioração das condições econômicas e sociais. A partir disso, em 2022, a comissão definiu dez áreas prioritárias para atuar, em continuidade à transformação do modelo de desenvolvimento dos países da região. Em paralelo, surgiram como temas transversais metas de gestão social e planificação institucional sobre “como” transformar o modelo de desenvolvimento (CEPAL, 2023).

O exposto panorama histórico sobre os movimentos da CEPAL elucida a dinâmica da sua atuação, através da cooperação com os governos regionais, dedicando-se a duas vias principais: a investigação acadêmica e a cooperação e assistência técnica. Nesse sentido, destaca-se a priorização do desenvolvimento

econômico, da busca por melhoria do nível de vida dos povos da região, assim como da ampliação e fortalecimento das relações comerciais.

A iniciativa desenvolvimentista de Prebisch e da CEPAL, sugerida aos Estados da região, enfrenta entraves ao deparar-se com o contexto atual do comércio mundial. Para além dos processos industrializadores nacionais, verifica-se uma organização mundial pré-existente, que configura uma rede de indústrias com estrutura e produção bem estabelecidas. Esse desafio da industrialização periférica é destacado por Mandel:

La doble tragedia de los países en desarrollo consiste en que no sólo fueron víctimas de ese proceso de concentración internacional, sino que posteriormente deben tratar de compensar su atraso industrial, es decir, realizar la acumulación originaria de capital industrial, en un mundo que está inundado con los artículos manufacturados por una industria ya madura, la occidental (Mandel, 1970, p. 122)

Essa situação também foi observada por Cardoso e Faletto, em seu estudo sobre as economias subdesenvolvidas, que apontam que tal condição decorre da relação centro-periferia. O que está contemplado nas políticas cepalinas, que visam não apenas transformação nacional, mas também reformas estruturais promotoras de um reposicionamento internacional. Nesse sentido, alcançam mudanças sociopolíticas, compreendendo os variados fatores influentes sobre a economia - atendendo ao explicitado por Cardoso e Faletto:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. (CARDOSO; FALETTO, 2010, p. 40)

Para além do debate da dependência, em uma interpretação global do desenvolvimento, argumentos baseados puramente em estímulos e reações do mercado são insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico. Nesse sentido, para essa industrialização são necessárias também adequações do mercado internacional a fim de favorecer esse processo, ou ao menos uma

organização nacional promotora da autonomia (CARDOSO; FALETTO, 2010). O desenvolvimento na América Latina está cerceado por questões transcendentais ao debate econômico e industrial, devido às estruturas do sistema comercial internacional, trazendo um caráter sociopolítico a essa conjuntura.

O projeto desenvolvimentista cepalino abrange as especificidades da região, seu enfoque estruturalista produz uma mirada assertiva sobre a realidade latino-americana, ainda que as transformações almejadas também dependam de fatores fora de sua jurisdição. A divisão que influencia o comércio internacional, as relações econômicas e políticas entre os países, também afetam o desenvolvimento econômico e a distribuição de riqueza em diferentes partes do mundo.

A estrutura internacional estabelecida desde a colonização, precursora da divisão internacional do trabalho e do sistema centro-periferia, é o principal elemento promotor das posições internacionais ocupadas pelos Estados. Tal organização está diretamente ligada ao desenvolvimento, pois o sucesso desse processo nos centros foi garantido através da exploração, caracterizando o processo histórico gerador das desigualdades crescentes no sistema internacional (PINHEIRO, 2018).

A esse pilar de entendimento e superação dos desafios impostos pela estrutura internacional aos Estados periféricos, a CEPAL conduziu suas investigações. Observando obstáculos que impediam países periféricos de alcançar os índices de crescimento econômico apresentados pelos países centrais, e assim elaborando estratégias e políticas direcionadas ao reestruturamento das dinâmicas regionais.

1.3 A integração econômica e comercial da América Latina: uma alternativa para o fortalecimento da região

A integração regional constituiu-se como um dos eixos centrais para o desenvolvimento da região, representando um caminho de fortalecimento no sistema internacional, assim como um fator importante para a transformação estrutural. A CEPAL traz esse processo em seu modelo desenvolvimentista, em direção à superação dos problemas econômicos e sociais, configurando-o como um alicerce. Nesse mesmo sentido, Raúl Prebisch apontou a necessidade da cooperação, em prol da transformação comercial.

Na década de 50 defendia-se a criação de blocos latino-americanos dedicados ao integracionismo, a fim de alavancar a economia e valorizar a inserção internacional. Em seguida surgiram as primeiras iniciativas na região, a CEPAL e a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, especificamente voltadas à economia e ao comércio, dialogando com outros setores paralelos. Tal movimento foi impulsionado pela premissa de que blocos econômicos são promotores do desenvolvimento e estímulo ao progresso técnico, e ainda possibilitadores de maior qualidade de vida para as populações da região (BOSSO, 2023).

A integração, como caracterização de um processo político dos governos nacionais, visa reduzir as barreiras que limitam o comércio equitativo. O funcionamento dos seus mecanismos define-se a partir de configurações e níveis, podendo ser tarifária ou não-tarifária; bilateral ou multilateral. Além disso, há o escalonamento do processo de integração, iniciado com medidas mais limitadas como a Área de Tarifas Preferenciais chegando a graus mais elevados como de União Monetária ou Econômica (BAUMANN, 1987).

O fomento dessas relações inter-regionais representa uma via para os objetivos de crescimento e desenvolvimento da região, visto que por meio de políticas integracionistas pode-se alcançar ampliação dos mercados, otimização produtiva e da infraestrutura, assim como o crescimento econômico (FRANCHI; CARVALHO, 2013). Nesse sentido, converte-se em uma alternativa para os países periféricos frente aos obstáculos oriundos do sistema centro-periferia.

Assim como o setor econômico e comercial, a integração também está sujeita a influência de fatores políticos e estruturais, dessa forma sendo impactada por oscilações internacionais. De todo modo, as instituições voltadas à integração fortalecem as relações dos Estados participantes, fomentando oportunidades para mudanças em sua atividade econômica e comercial. O Mercosul, por exemplo, destaca-se como mecanismo integrador, cumprindo seu propósito de fortalecer as associações entre os países vizinhos.

O Mercado Comum do Sul foi criado na década de 90, com objetivo de impulsionar o processo integracionista, frente a necessidade de expansão de mercado. Enquanto processo de integração regional, ajustou-se ao contexto político e econômico da América do Sul, contemplando as especificidades e objetivos de seus membros. Inicialmente composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, promoveu o estabelecimento de um espaço comum de oportunidades comerciais e integração (MERCOSUL, 2024).

Como instituição emergente de uma nova era, surgiu de forma dinâmica e abrangente, a fim de melhorar a industrialização através do modelo de substituição de importações. As expectativas de sua atuação giraram em torno de dois pontos: o aumento da relevância dos países-membros no cenário internacional e a aceleração da especialização intersetorial. Esse processo integracionista gerou resultados positivos, apresentando aumento do PIB e movimentos crescentes das exportações intrabloco (FRANCHI; CARVALHO, 2013).

Dessa forma, constituiu-se com relevância para o engajamento da região no sistema internacional, ao ampliar mercados e promover a diversificação das economias. Sua atuação estreitou as relações econômicas e os laços políticos na região. Esses efeitos advieram da adequação das medidas implementadas às realidades específicas desses territórios, necessidade assinalada por Baumann acerca dos processos de integração:

para que os objetivos da integração se materializem como convém aos interesses regionais é preciso enxergar de frente a realidade, identificar os obstáculos e trabalhar duramente para superá-los.(Baumann, 1987, p.9)

Essa postura converge com a ótica aplicada pela CEPAL a partir da análise estruturalista sobre a região, elucidando o movimento assertivo dos processos de integração em direção à transformação da realidade latino-americana. O que também foi pleiteado por Prebisch:

é pertinente expor com clareza a situação dos países latinoamericanos, a fim de que seus interesses, aspirações e possibilidades, ressalvadas desde já as diferenças e modalidades específicas, se integrem adequadamente em fórmulas gerais de cooperação econômica internacional (PREBISCH, 2000; p. 73)

O Mercosul, assim como outros blocos regionais, contribui e facilita as trocas comerciais de seus componentes através da aproximação que promove. Os maiores desafios de sua atuação surgem das questões políticas e econômicas internas desses Estados, dificultando a cooperação econômica regional. As agitações domésticas de cada Estado, bem como as divergências de organização, dificultam alcançar consenso em torno do avanço da integração (BOSSO, 2023).

Nesse sentido, a união com os países vizinhos se fortalece como possível solução para as tormentas internas de cada nação, assim como para a otimização da atuação dos organismos integradores. Através de alinhamentos intergovernamentais é possível ampliar a articulação desses Estados, em benefício do sucesso de seus objetivos comuns. A região exerce seu potencial no setor das commodities, mas é fundamental ampliar essa articulação com os vizinhos, incluindo em sua atividade comercial também artigos manufaturados.

Essas iniciativas regionais, como a CEPAL e o Mercosul, coincidem sobre os objetivos de crescimento e desenvolvimento latino-americanos a partir do fortalecimento desses Estados. Pode-se observar como o escopo de atuação, e direcionamento das medidas, caminham para o mesmo sentido. Dessa forma, a integração regional adquire extrema importância no enfrentamento dos desafios internacionais impostos através do sistema centro-periferia, assim como para alcançar os objetivos de desenvolvimento e crescimento econômico.

2. A PERIFERICIDADE E A INTEGRAÇÃO COMERCIAL: ANÁLISE DE CASO ARGENTINA E BRASIL

Argentina e Brasil, enquanto Estados latino-americanos, enquadram-se nas conjunturas socioeconômicas expostas no capítulo anterior. Ambos estiveram sujeitos a colonização e aos eventos subsequentes dessa, contemporaneamente inseridos em posição periférica conforme o sistema diagnosticado por Prebisch. E ainda, nesse sentido, apresentam-se como atores relevantes no contexto da integração regional na América Latina.

A partir desse cenário são analisados neste estudo de caso, ao considerar as estruturas internacionais apresentadas, relacionadas às respectivas políticas externas com efeito sob as relações comerciais. Assim, compreendendo os impactos promovidos por cada posicionamento governamental adotado nesse contexto. Aplica-se um recorte temporal entre os governos da Argentina de Alberto Fernández (dez/2019 - dez/2023) e Javier Milei (dez/2023 - atual), e do Brasil de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2023) e Luiz Inácio Lula da Silva (2024 - atual).

Através da seguinte análise, busca-se assimilar os efeitos das movimentações internacionais desses Estados sobre sua condição periférica, com relação aos objetivos de crescimento e desenvolvimento econômicos. Considerando a relação direta entre as relações comerciais e a integração, ambos sob influência dos governos nacionais por meio das políticas externas. Dessa forma, a participação de governos nacionais na integração regional define-se como estratégia frente aos obstáculos do sistema centro-periferia, assim como via alternativa sentido as metas regionais.

É importante ressaltar, a forma como cada governo conduz o posicionamento do seu Estado impacta nos processos e associações que está envolvido, assim como em sua participação em iniciativas internacionais. As políticas exteriores caracterizam-se como elemento ativo da integração regional, promovendo a participação presente ou ausente de determinado Estado. Nesse sentido, determinando os frutos que serão colhidos dessas relações a partir das associações estabelecidas.

As mudanças no posicionamento dos Estados, a partir das transições governamentais, geram impactos na atuação de cada país nos espaços internacionais - consequentemente afetando os processos de integração. No âmbito de negociação e acordos, por exemplo, os governos assumem a frente da participação estatal. Também na cooperação dos diversos setores, há uma influência direta da política externa de cada governo, pois esse é o condutor principal de cada Estado nesses processos.

Sobre a relevância internacional de Argentina e Brasil, e ao seu enquadramento nas estruturas analisadas, é conduzida a seguinte análise das políticas externas dos últimos cinco anos. O foco deste estudo permanece no campo comercial e integracionista, ao que tange sua ligação com o sistema centro-periferia e as propostas cepalinas. Nesse sentido direcionar-se-á este capítulo.

2.1 Um breve apanhado sobre o histórico comercial e integracionista da associação Brasil-Argentina

Ao observar o histórico das relações integracionistas na região, destaca-se a associação comercial entre Brasil e Argentina, geradora de benefícios para ambos. Decorrente do fortalecimento das relações comerciais e aproximação dos governos nacionais, ainda que sob os efeitos das mudanças de governo. Destacando o impacto das políticas governamentais conduzidas em suas relações, assegurando ou afastando o aprofundamento e continuidade dessas.

O cientista político brasileiro, Ricardo Seitenfus, ao analisar essa associação sul-americana, apontou o caráter cooperativo estabelecido como um caminho racional para o desenvolvimento econômico - objetivo comum entre esses Estados. Indicou sua origem no pós-segunda guerra, concomitante aos movimentos de integração mundiais, explicitando o protagonismo argentino-brasileiro nos processos integracionistas na região (SEITENFUS, 1989).

Na década de 80 foram estabelecidos acordos de cooperação entre Brasil e Argentina, definindo objetivos compartilhados e mecanismos para a concertação regional. A partir desse momento foi consagrado o interesse comum, entre os países, de “crescer juntos” (SEITENFUS, 1989). Tal alinhamento somente foi possível em razão da evolução da política interna desses países naquele momento, explicitando a fundamentalidade da harmonia entre os governos nacionais para a integração regional.

Desses acordos cooperativos decorridos durante os governos de José Sarney (brasileiro) e de Raúl Ricardo Alfonsín (argentino), firmaram-se a Declaração do Iguazu de 1985, e em 1986 a Ata para Integração Brasileiro-Argentina e o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Enquanto marco da cooperação bilateral, promoveram a aproximação econômica entre as partes ao estabelecer uma comissão mista para o desenvolvimento das áreas de interesse comum, como a integração econômica e industrial.

Nesse escopo, Argentina e Brasil comprometeram-se a implementar uma série de ações conjuntas visando facilitar o comércio bilateral e promover a

integração industrial, reduzir barreiras comerciais, harmonizar políticas econômicas e incentivar a complementação produtiva entre suas economias. As medidas previstas dedicaram-se à eliminação progressiva de barreiras tarifárias e não-tarifárias, facilitação do comércio e integração das economias. Assim, formando as bases integracionistas para a posterior criação do Mercosul em 1991.

Dessa forma, no início da década de 90 conformou-se o Mercado Comum do Sul, firmando a integração entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Esse processo explicitou a observação de Seitenfus sobre os resultados da cooperação brasileira-argentina, que previa a adesão de outros países latino-americanos. Tal movimento indica a importância desses Estados para a integração, em direção a transformação das relações regionais em prol de uma América Latina fortalecida para enfrentar os desafios do sistema internacional.

Os pactos estabelecidos foram majoritariamente direcionados ao campo econômico, destacando a centralidade da parceria comercial entre os países e alinhando suas potencialidades produtivas. Contemplaram desde a produção primária de alimentos, até o setor de bens de capital como o mais importante no campo comercial, explicitando a complementaridade industrial dessas economias (SEITENFUS, 1989). Desse modo, estabeleceu-se a associação de suas cadeias produtivas, ao vincular os setores de produção nacionais com base nas competências específicas.

A superação da rivalidade entre Brasil e Argentina configurou-se essencial para a modernização econômica em seus territórios, apontando para a improdutividade de políticas externas conflitivas ou indiferentes. Nessa linha, tal associação conformou-se fundamental para lograr os objetivos comuns, em direção ao desenvolvimento e crescimento econômicos. Conforme destacou Seitenfus:

O processo de integração representa uma abertura maior das economias, com um aumento de competição nos dois mercados e por via de consequência uma rápida atualização tecnológica e uma maior eficiência (SEITENFUS, 1989. p. 116)

O fortalecimento dessa cadeia produtiva, através dos acordos sobre bens de capitais, resulta na ocupação da capacidade ociosa da indústria brasileira ao

direcionar seus produtos à Argentina. E como medida a fim de não fortalecer os desequilíbrios comerciais já tangentes sobre esses países, os acordos da década de 80 previram a compensação de superávits comerciais, por parte do Banco Central do país superavitário ou por um fundo de investimento (SEITENFUS, 1989).

Os acordos mencionados, assim como a atuação do Mercosul, transcendem a cooperação econômica e comercial ao contemplarem outros setores associados ao desenvolvimento. Nesse sentido, os tratados também abordaram o cooperativismo nos campos científicos e tecnológicos, ao trazerem centros acadêmicos e universidades para esse projeto. Assim contribuindo para os processos integracionistas voltados ao desenvolvimento latino-americano nos diversos setores, em benefício da transformação sócio-econômica da região.

De acordo com as exposições anteriores, tal concertamento somente foi possível devido aos alinhamentos intergovernamentais sobre esses projetos. Sendo esse o principal obstáculo para continuidade e aprofundamento dessa associação, desse modo consolidando-se essencial a conversão do processo de cooperação em um objetivo nacional permanente. Aqui também é interessante considerar, para o processo de integração e fortalecimento estatal, a adoção de uma posição comum no sistema internacional por parte desses Estados (SEITENFUS, 1989).

A partir dessa mirada sobre a posição da Argentina e do Brasil no cenário de integração regional, com relação aos objetivos de desenvolvimento e superação da posição periférica, são observadas suas políticas externas. Compreende-se a fundamentalidade dessas para o aprofundamento das associações e continuidade dos projetos. Assim centralizando a atuação dos governos nacionais, a importância dessa atuação também foi destacada por Seitenfus:

É fundamental que os próximos governos a serem eleitos no Brasil e na Argentina em 1989 continuem esta ação, aprofundando-a. Esse é o caminho que a história e a razão apontam como único nas relações bilaterais argentino-brasileiros (SEITENFUS, 1989. p.126).

Essa união de forças apresenta relevância no sistema internacional, visto que são países que convergem em problemas estruturais mas que também compartilham interesses. Além disso, possuem grande capacidade de atuação

regional, representando parte majoritária do PIB da região, o que indica o potencial de sua ação integrada. A associação entre Argentina e Brasil intensifica suas perspectivas, tanto para o desenvolvimento econômico e social em âmbito nacional, como regional - porém, em situação de dependência de governos favoráveis a isso (SEITENFUS, 1989).

Nesse sentido, a condução das políticas externas a favor da cooperação é indispensável para seguir colhendo os frutos dessa aliança. As inconstâncias políticas afetam diretamente os objetivos desenvolvimentistas da região, gerando ainda mais obstáculos. Os cenários possíveis para o futuro desses Estados dependem, dessa maneira, do alinhamento e concertamento entre os governos nacionais.

Sob direção dos governos mais recentes é observado o movimento de distanciamento entre Brasil e Argentina, tornando-se notável o enfraquecimento dessa associação comercial bilateral. Os governantes desse período conduziram as relações entre seus Estados nesse sentido, refletindo as condições debilitadas da integração regional e o impacto negativo de suas políticas externas. Frente à relevância dessa parceria são analisados posicionamentos e dados relativos ao caso, conforme expõe-se nos tópicos seguintes.

2.2 O distanciamento da associação argentino-brasileira: as políticas externas de Fernández e Bolsonaro

A respeito das relações bilaterais entre Argentina e Brasil, é observado como se agravou o distanciamento desses Estados a partir dos governos de Bolsonaro e Fernández. Em dezembro de 2019, quando Alberto Fernández foi eleito presidente da Argentina, o clima hostil entre as presidências estava estabelecido. Desde as eleições daquele ano, em que o ex-presidente argentino saiu vitorioso com 48% dos votos no segundo turno, foram observados pronunciamentos conflitivos entre os líderes de governo (GONZÁLEZ, 2019).

Nos meses que antecederam as eleições argentinas iniciaram-se as declarações ásperas do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que ocupava o cargo desde janeiro de 2019. Através de posicionamentos opostos, acusou Fernández de “criminoso” e declarou que trabalharia para impedir sua ascensão ao poder. O que naquele momento já representava uma ameaça à importante associação entre os Estados, orientou a política externa brasileira rumo a tendências conflitivas, construindo a imagem de um “inimigo” do Brasil (STUENKEL, 2019).

A postura do ex-presidente brasileiro conduziu a uma narrativa competitiva, impulsionada por divergências ideológicas, ignorando o impacto negativo desse comportamento sobre as relações comerciais. O que foi fortalecido com o retorno de Fernández, quando rebateu Bolsonaro ao dizer que o ex-presidente brasileiro era “racista, misógino e violento”. Tal enquadramento de Brasil e Argentina como adversários enfraquece os projetos regionais, além de afastar os Estados, direcionando ao sentido contrário do caráter cooperativo estabelecido há décadas (STUENKEL, 2019).

Pouco tempo após o final das eleições argentinas, em dezembro de 2019, as tensões presidenciais geraram os primeiros efeitos sobre a integração regional e a relação bilateral entre Argentina e Brasil. Os ataques trocados distanciaram os governos, promovendo um clima desconfortável na cúpula do Mercosul em 5 de dezembro de 2019, ocasionando a ausência de Fernández (CARMO, 2019).

Nesse encontro o presidente em gestão ainda era Mauricio Macri, Alberto Fernández recebeu a faixa presidencial em 10 de dezembro de 2019, mas ainda assim era esperada sua presença. Em decorrência das ofensivas, não houve convite brasileiro ao governo argentino em ascensão, nem declaração de interesse do presidente eleito em participar da reunião (CARMO, 2019). A cúpula ocorreu sem nenhuma representação do governo de Fernández, fragilizando essa frente governamental dentro do Mercosul através da falta de participação (BENITES; MOLINA, 2019).

Posteriormente ao evento do Mercosul, que contou com a ausência do presidente eleito na Argentina, Alberto Fernández recebeu a faixa presidencial. Jair Bolsonaro, enquanto presidente do Brasil, não apenas deixou de cumprimentar a vitória mas também não participou da transferência de faixa em Buenos Aires conforme costume entre os governos brasileiro e argentino. Assim constituindo um dos pontos historicamente mais distantes da relação Brasil-Argentina, quebrando práticas diplomáticas que eram mantidas há quase duas décadas (BENITES; MOLINA, 2019).

Apesar desse cenário, em seu discurso de posse, Fernández comunicou a intenção de seu governo sobre a agenda com o Brasil, visando superar as divergências entre os líderes de governo (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020). Declarou que nenhuma diferença pessoal interviria em suas políticas, acrescentando em sua pauta o aprofundamento do acordo com o Mercosul e que não acreditava que os desencontros pessoais seriam um problema (CARMO, 2019).

O clima conflituoso tem origem no antagonismo ideológico e político entre os dois ex-presidentes, refletindo as disparidades entre suas agendas e associações com aliados. Para além dos espectros ideológicos que enquadram-se, Fernández de centro-esquerda e Bolsonaro da extrema direita, apresentam coligações opostas. O ex-presidente brasileiro foi apoiador declarado de Mauricio Macri nas eleições de 2019, enquanto Fernández apresentava proximidade ao presidente Lula, o qual visitou na prisão e apoiou sua liberdade (BENITES; MOLINA, 2019).

Para fortalecer a narrativa rival entre Brasil e Argentina, desde 2019 Bolsonaro promoveu atritos artificiais com o presidente de centro-esquerda recém

eleito (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020). Momentaneamente Fernández somou-se a esse intento hostil, quando rebateu os ataques bolsonaristas, e também ao realizar declarações antipáticas em relação ao Brasil. Essas atitudes destacam o posicionamento pessoal desses governos, não priorizando as pautas nacionais, em um cenário em que as posições ideológicas e diferenças pessoais deveriam estar subordinadas aos interesses nacionais.

As posturas presidenciais adotadas refletem as prioridades das agendas de política externa desses governos, Bolsonaro por exemplo adotou uma postura de alinhamento ao governo de Donald Trump nos Estados Unidos. Fernández, por sua vez, assumiu a Argentina com o desafio de comandar o país em meio a uma crise econômica complexa, com o aumento da pobreza e da dívida externa (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, também frente aos desafios da pandemia do COVID-19, conduziu sua agenda de governo em direção à recuperação sócio-econômica argentina.

Durante esse período, Brasil e Argentina adotaram posições diferentes sobre o cenário regional, apresentando medidas distintas em relação ao combate ao coronavírus. Jair Bolsonaro, enquanto presidente, não acatava as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Enquanto Fernández destacou-se por seu pragmatismo e agilidade, ao impor medidas de isolamento social que foram apoiadas pela população, o que lhe gerou resultados tanto sob o controle dos efeitos da pandemia quanto sobre sua popularidade (FORLINI, 2020).

Os índices de aprovação de Alberto Fernández durante a pandemia alcançaram 90%, devido às ações preventivas aplicadas antes da doença escalar no país, o que possibilitou retomar mais cedo as atividades econômicas na Argentina. Em contrapartida, no Brasil, Bolsonaro foi reconhecido por seu negacionismo, isolando-se internacionalmente e arriscando a vida da população. O ex-presidente focou em medidas econômicas no lugar da segurança social, defendeu o uso de medicamentos sem evidências científicas sobre sua eficácia, o que estagnou os índices de aprovação pública sobre seu governo (FORLINI, 2020).

Devido às divergências das medidas adotadas, os impactos nacionais também diferiram, o que somou-se às pautas para provocações entre os

ex-presidentes. Em 27 de junho de 2020 a Argentina registrava cerca de mil mortes por COVID-19, menos de 10% da cifra total de mortos no Brasil daquele mesmo dia. Nesse sentido, Fernández apontou que haveriam dez vezes mais mortos na Argentina se houvessem seguido as mesmas medidas do Brasil (CARMO, 2020).

As investidas hostis seguiram nos meses sucedentes às eleições perpetuando-se durante a pandemia do COVID-19, apontando a distância do diálogo bilateral. Ambos presidentes emitiram declarações fazendo referências negativas entre si, Fernández assinalou o Brasil como um exemplo a não ser seguido ao declarar: “o que está acontecendo onde deram prioridade à economia”. Enquanto Bolsonaro afirmava publicamente que a crise econômica argentina era agravada pelo modelo de quarentena adotado (CARMO, 2020).

Em março de 2020, Alberto Fernández criticou Bolsonaro por se opor à quarentena e a outras medidas mais severas, que poderiam conter a disseminação do vírus no Brasil. Naquele momento o líder argentino alertou para a possibilidade de o Brasil passar por um agravamento da pandemia tornando-se epicentro, como o caso italiano. O alerta de Fernández tornou-se realidade, no final de maio, dois meses após sua declaração o Brasil havia se tornado o novo epicentro da doença em escala global (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020).

Em contraposição, a Argentina apresentava um dos menores índices de óbitos da região, o que deveria ser uma razão para iniciativas de intensificação da cooperação intergovernamental entre os países da região, em busca de medidas comuns para frear o avanço do vírus. No entanto, o panorama observado foi o contrário, destacando-se a dispersão e o desinteresse em meio a uma devastadora crise de saúde e socioeconômica (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020).

O distanciamento entre os governos foi observado em diversos momentos durante o ano de 2020, por exemplo no ambiente do Mercosul após a cúpula de dezembro de 2019, em julho de 2020 os Estados-membros reuniram-se novamente em sessão virtual. Nesse encontro, Bolsonaro não mencionou a Argentina em sua declaração, enquanto Fernández proclamou:

Precisamos entender que a união dos nossos povos precede nossa condição de governantes ocasionais. (...) As diferenças que podem surgir, ideológicas, conceituais ou do tipo que queiram, passarão a segundo plano.

Está na hora de entender que são os povos que se vinculam mais do que os governos (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020).

A divergência ideológica foi um intensificador das hostilidades contínuas entre os governos, Fernández elegeu-se sob o viés progressista da esquerda na região, enquanto Bolsonaro foi reconhecidamente um líder de extrema direita (FORLINI, 2020). O que contribuiu para o distanciamento entre os líderes, e indevidamente conferiu um caráter pessoal às relações intergovernamentais. Seguindo essa linha antagônica, Fernández reuniu-se em um evento virtual da Universidade de Buenos Aires (UBA) com o ex-presidente Lula em 2020, ao qual declarou sentir sua falta na presidência, indicando que com ele as condições das relações bilaterais e regionais seriam outras (CARMO, 2020).

Ainda em 2020, as medidas adotadas pela Casa Rosada a partir das hostilidades brasileiras indicavam a necessidade de conciliação entre os Estados, naquele ano o Brasil perdeu a posição de primeiro parceiro comercial da Argentina para a China. O gigante asiático oferece vantagens práticas ao conceder financiamentos às exportações para a China, o que não é ofertado nas trocas brasileiras (SALES; LIMA; ALMEIDA, 2020). Uma grande perda comercial para o Brasil, visto que o intercâmbio com a Argentina representa uma oportunidade de exportação de produtos com maior valor agregado, além da relevância para o fortalecimento regional.

Meses após as eleições, os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández atingiram mais de um semestre sem diálogo, a ausência da comunicação interpresidencial foi um marco em décadas entre os países. Os líderes protagonizaram um cenário inédito desde o século XIX, após as independências, quando Brasil e Argentina iniciaram sua aproximação (CARMO, 2020). Assim tornando claro os efeitos negativos das políticas externas desses governos sobre a associação estatal, a ausência de diálogo revela-se uma ameaça aos projetos e iniciativas integracionistas.

Aproximadamente um ano após as eleições de Fernández ocorreu o primeiro diálogo entre os presidentes, via videochamada, em reunião privada. A partir da retomada de diálogo, ambos presidentes destacaram a importância da integração,

apontando a centralidade no Mercosul nesse processo. Sinalizaram a associação brasil-argentina como uma via para fortalecimento do bloco, esse fator soma-se a todas as outras vantagens da cooperação entre os países, para que colaborem e superem as diferenças político-ideológicas (AGÊNCIA FRANCE-PRESSE, 2020).

Durante o governo Bolsonaro, e também no período pandêmico, o Brasil demonstrou-se carente de uma estratégia regional sobre os setores político e de saúde pública. Dessa forma protagonizando acontecimentos inéditos na política externa brasileira, assim como se destacou devido ao negacionismo sobre a COVID-19. Negacionismo esse que foi transferido à relação com seu principal parceiro regional, ao ignorar o histórico de três décadas dessa parceria, desequilibrando a política regional (CARMO, 2020).

O desalinhamento e a hostilidade entre os governos provocaram efeitos práticos na área econômica e comercial, como o distanciamento estatal e a desintegração. O desgaste das relações Brasil-Argentina durante esses governos representou um retrocesso na associação construída desde o século XIX, que superou as reticências do período colonial, através da relação de confiança estabelecida a partir dos acordos cooperativos da década de 80 seguidos da criação do Mercosul (CARMO, 2020).

Nas últimas décadas a parceria entre Brasil e Argentina converteu-se em um eixo central na região, para diversos setores, por conta disso seu distanciamento político gera um grande vazio. Ao analisar os acordos marcantes da década de 80 é possível observar o potencial da diplomacia presidencial, pois foi o meio para a construção das bases do Mercosul através dos acordos de cooperação (CARMO, 2020). Dessa forma, a ineficácia da política externa do governo Bolsonaro conduz a atuação do Brasil e o futuro da região ao acaso, tornando-se notória a falta de pragmatismo em sua postura.

A postura do ex-presidente Bolsonaro sobre a Argentina não condizia com a tradição diplomática brasileira, desde as declarações hostis até as interferências sobre o viés político do governo eleito. As análises políticas sobre o governo bolsonarista indicam a construção de um vazio político na região, ocasionado pela ausência da participação do Brasil no cenário regional, conforme era a tradição da

política externa brasileira. Sobretudo destacou-se a contrariedade ao padrão dos governos brasileiros de não gerar conflitos e não constituir-se como uma ameaça aos seus vizinhos (CARMO, 2020).

Durante o governo Bolsonaro a diplomacia do Brasil direcionou-se intensamente aos Estados Unidos, declarando apoio ao ex-presidente Donald Trump, sem nenhum indício de aliança estratégica dessa relação. Além disso, a política externa conduzia-se unilateralmente, a ponto de ser observada por especialistas como frágil e quase inexistente. A regência bolsonarista não demonstrou importância sobre a integração regional, postura reafirmada com o enfraquecimento das relações mercosulistas nesse período, assim como por sua saída da Unasul e retirada da CELAC (BORGES, 2023).

A política externa do governo Bolsonaro alinhou-se com as iniciativas do governo Trump e interesses dos EUA, chegando ao ponto do Brasil retirar seu candidato à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para não se opor à indicação do candidato de Trump. Assim rompendo a tradição do órgão regido sob comando latino-americano, o que foi criticado por Fernández ao comentar sobre o alinhamento regional brasileiro, enquanto Bolsonaro considerou a indicação estadunidense positiva (CARMO, 2020).

A posição brasileira no Mercosul, durante o governo de Bolsonaro, também enfraqueceu o bloco. Observou-se o retrocesso a partir da postura brasileira, que tomou medidas destrutivas sobre avanços importantes de cooperação, como a retirada do Brasil do Mercosul Educacional. Esse movimento representa um recuo no processo integracionista e progressos do crescimento econômico, visto que nas últimas duas décadas o Mercosul aumentou catorze vezes o comércio entre seus Estados (BORGES, 2023).

O clima adverso se manteve em todo o período de governo desses presidentes, em 2021 Fernández foi acusado de racismo, ao declarar que brasileiros vieram da selva e argentinos chegaram em barcos da Europa. Houve a publicação de um pedido de desculpas via Twitter, o que infelizmente não reverteu o impacto sobre as relações diplomáticas. A fala do ex-presidente reverbera a herança colonial

permanente no país, promovendo a falsa crença de argentinos com identidade europeia (CENTENERA, 2021).

A presença de Lula em Buenos Aires, para uma manifestação em prol da democracia na Praça de Maio e do segundo aniversário do governo de Fernández, também gerou tensões em relação ao governo brasileiro. A chancelaria brasileira declarou que não haveria presença brasileira na cúpula de presidentes do Mercosul, assim solicitando realização virtual das reuniões (BENITES; MOLINA, 2021).

Oficialmente foi justificada a alteração por razões sanitárias, extra-oficialmente entendeu-se a possibilidade de haver um mal-estar entre Bolsonaro e Buenos Aires devido à visita de Lula, seu maior adversário nas eleições de 2022. Ao considerar as posturas negacionistas de Bolsonaro, pareceu improvável que a verdadeira razão das mudanças da cúpula do Mercosul tenha sido realmente sanitária (BENITES; MOLINA, 2021).

Nos meses antecedentes às eleições presidenciais no Brasil, em 2022, Fernández ainda presidente da Argentina declarou apoio a Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme já havia feito anteriormente, o ex-presidente argentino defendia que a gestão de Lula seria promotora da união entre os Estados da região. Também opôs-se a Bolsonaro, recusando o intento de exilar a ex-presidente Jeanine Áñez, condenada na Bolívia por golpe de Estado contra Evo Morales (O GLOBO, 2022).

Através dos posicionamentos dos governantes, entende-se que Fernández apresentou maior pragmatismo diplomático que Bolsonaro, entretanto isso não foi suficiente para alterar os rumos da relação intergovernamental. Frente aos desencontros ideológicos e políticos desses governos, o diálogo constituía-se como uma alternativa para a resolução das hostilidades. Qualquer tensão poderia ter sido resolvida através de política e diplomacia, o que elucidou-se com a postura pragmática que os presidentes adotaram em alguns momentos apesar de suas divergências.

Os acordos de cooperação firmados pelos governos de Sarney e Alfonsín, na década de 80, superaram o antagonismo entre Brasil e Argentina. Esse momento simboliza um redirecionamento histórico dessa relação bilateral, o que é ameaçado por posicionamentos de governos desalinhados aos ideais integracionistas. Três

décadas depois observa-se a importância da mobilização nacional para priorização dessa agenda, para que assim sejam preservados os frutos dessa associação tão relevante para ambos Estados.

Ao observar os governos de Fernandez e Bolsonaro, nota-se os impactos que a política externa de cada governo exerce sobre as relações internacionais, assim como sobre a integração regional. Neste caso, os efeitos foram negativos, dado a condição de afastamento dos Estados e fortalecimento da rivalidade. Os resultados alcançados representaram regressos nessa associação, ao dismantelar a relação bilateral e enfraquecer os mecanismos de integração regional, conforme exposto nessas observações acerca da política externa desses governos.

2.3 Relações entre Argentina e Brasil na atualidade

De acordo com o tópico anterior, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina fragilizaram-se durante os governos de Bolsonaro e Fernández, em decorrência de suas políticas externas e hostilidades. As consequências do distanciamento surgiram ainda durante a gestão desses líderes, ilustradas através da debilitação dos mecanismos de integração e por mudanças nas configurações de comércio exterior da região. Nesse sentido, a saída do Brasil de organismos internacionais representou um dos efeitos, assim como a reconfiguração do comércio exterior da região.

Tal como Sarney e Alfonsín deixaram um legado positivo sobre a associação brasileiro-argentina, as presidências contemporâneas constituem sua própria herança, com qualidade passível de análise. Os resultados dos últimos governos não foram construtivos em relação aos objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento, conforme as metas regionais propostas pela CEPAL e pelo Mercosul. Os efeitos sobre a integração representaram regressos em áreas que haviam avançado anteriormente, clarificando o caráter dos desdobramentos internacionais dessas presidências como improdutivos.

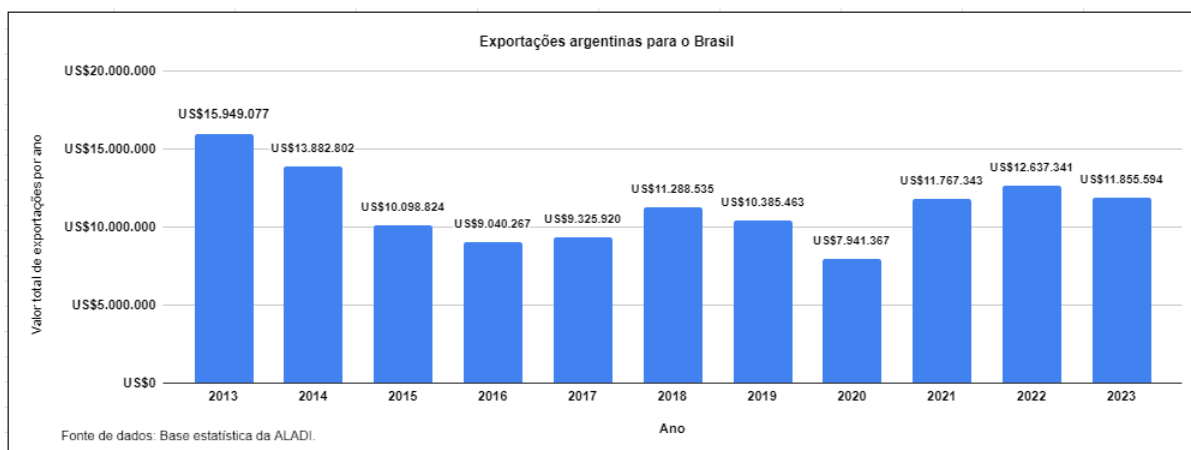
Os impactos dos governos Bolsonaro e Fernández são observados desde a esfera doméstica até a internacional, este trabalho dedica-se especificamente à análise dos efeitos sobre a associação comercial bilateral, considerando o processo de integração. Através desse recorte são examinados os dados de comércio exterior, assim como as políticas externas desses governos e dos atuais, a fim de entender os reflexos dos governos na prática econômica por meio da observação dos movimentos ocorridos nesse período. Para completar a análise iniciada no tópico anterior, a partir da breve exposição sobre as políticas externas, em seguida são apresentados dados comerciais extraídos da base de dados estatísticos da ALADI.

Acerca da quota anual de exportações argentinas para o Brasil observou-se a diminuição da cifra ao decorrer dos anos, em 2013 o valor total de exportações foi de US\$ 15 bilhões, uma década depois em 2023 as exportações diminuiram para

US\$ 11 bilhões. Assim totalizando 34,5% de decréscimo sobre o valor total das exportações nesse intervalo de 10 anos, movimento contrário do almejado a partir do aprofundamento dessas relações, o que elucida a condição da relação comercial. A partir da cooperação e aproximação desses Estados criou-se a expectativa de intensificação do fluxo comercial, o que não foi alcançado no caso das exportações argentinas para o Brasil na última década.

Durante o governo de Fernández, iniciado em dezembro de 2019 e finalizado no mesmo mês de 2023, observou-se o aumento de 14,1% nas exportações para o Brasil. O ano de 2020 apresenta a menor cifra de exportações nesse intervalo de 10 anos, resultado que pode ser compreendido através do cenário pandêmico que alastrou-se naquele ano, no caso argentino também foi observada a crise econômica nacional. De maneira geral entende-se que as conclusões do comércio exterior argentino na gestão do ex-presidente foram razoáveis, mantendo a mesma linha de fluxos de exportação, os dados supracitados podem ser verificados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Exportações argentinas para o Brasil nos últimos 10 anos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Aplicando o mesmo modelo de comparação anterior sobre a quota anual de exportações brasileiras para a Argentina, em 2013 alcançamos a cifra mais alta em uma década exportando US\$ 19 bilhões, índice que dez anos depois decresceu para US\$ 16 bilhões assim representando uma redução de 17,3%. Nesse caso o

valor mais baixo observado também foi no ano pandêmico de 2020, como nas exportações argentinas, ocasionado pelos efeitos do COVID-19 na economia mundial.

Ao analisar especificamente o período do governo Bolsonaro, que esteve no poder desde o início de 2019 até final de 2022, o valor total de exportações brasileiras para a Argentina aumentou significativamente. No primeiro ano de governo as exportações totalizaram US\$ 9 bilhões, e no último ano dessa gestão (2022) atingiram US\$ 15 bilhões, representando o aumento de 56,7% da quota de exportações brasileiras para a Argentina ao decorrer desses quatro anos. Dados verificados no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Exportações brasileiras para a Argentina nos últimos 10 anos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O aumento das exportações durante o governo Bolsonaro foi impulsionado principalmente pela alta nos preços das commodities, como soja, carne bovina e minério de ferro, além de uma forte demanda internacional, especialmente da China enquanto principal parceiro comercial do Brasil (SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2022). A recuperação econômica global após a pandemia elevou ainda mais a demanda por matérias-primas e alimentos, resultando em recordes de exportação em setores como a agropecuária e a indústria extrativa (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021).

Após a recuperação do coeficiente de exportações para a Argentina durante o governo Bolsonaro, e a transição para a presidência de Lula, em 2023 o Brasil

retomou a posição de principal parceiro comercial argentino que havia perdido para a China três anos antes. Nesse mesmo ano as exportações para a Argentina apresentaram um saldo positivo de US\$ 4,7 bilhões, visto que o valor total exportado para o vizinho foi de US\$ 16,7 bilhões, enquanto a Argentina exportou para o Brasil US\$ 11,8 bilhões (APEX, 2024).

Para além do rendimento final das exportações, essa associação comercial regional é importante também para diversificação, a Argentina representa para o Brasil uma pauta exportadora relevante por sua diversidade. As exportações brasileiras para a Argentina são constituídas, em grande parte, por produtos de valor agregado. Estudos da ApexBrasil (Agência Brasileira para Promoção de Exportações e Investimentos) apontam a Argentina como terceiro principal parceiro comercial do Brasil, indicando mais de 2000 oportunidades para produtos brasileiros no mercado vizinho (APEX, 2024).

Essa informação é confirmada, também, através do estudo cepalino ilustrado no quadro 1 acerca da diversidade de produtos exportados intra-blocos regionais e para grandes centros. As trocas comerciais indicadas são de grande importância para a diversificação exportadora e a geração de cadeias produtivas, configurando-se um mercado fundamental para a distribuição da produção industrial desses países (CEPAL, 2018). O que intensifica-se em conjunturas periféricas, visto a condição produtiva direcionada majoritariamente ao setor primário, ou seja, a diversificação dos produtos não é apenas positiva mas essencial.

Quadro 1 - Número de produtos exportados por países membros a destinos selecionados, 2016

Alianza del Pacífico y MERCOSUR: número de productos exportados por países miembros a destinos seleccionados, 2016

	Argentina	Brasil	Chile	Colombia	México	Paraguay	Perú	Uruguay	Venezuela (República Bolivariana de)	Estados Unidos	Unión Europea (28 países)	China
Argentina	X	1 658	2 068	963	969	2 075	1 213	2 572	524	1 415	1 447	338
Brasil	2 873	X	2 539	2 324	2 175	3 094	2 284	2 698	1 356	3 074	3 136	1 462
Chile	1 394	884	X	1 056	841	2 210	2 528	965	224	1 408	1 619	396
Colombia	542	710	1 161	X	1 464	338	1 724	301	1 556	1 933	1 497	224
México	1 231	1 550	1 718	2 353	X	701	1 671	970	1 349	4 277	2 924	1 478
Paraguay	301	554	203	41	81	X	63	363	17	359	419	60
Perú	586	581	1 901	1 371	889	324	X	386	580	1 892	1 740	240
Uruguay	778	603	512	134	163	634	161	X	66	504	705	135
Venezuela (República Bolivariana de) ^a	38	81	417	441	300	62	134	23	X	371	1 271	111

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Base de Datos Estadísticos de las Naciones Unidas sobre el Comercio de Productos Básicos (COMTRADE).

Nota: Los productos se definen a 6 dígitos del Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías. Código de colores:

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a los Estados Unidos, a la Unión Europea y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a los Estados Unidos y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a la Unión Europea y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a China.

^a Calculado a partir de datos espejo.

Fonte: CEPAL, 2018.

Ao observar o número de produtos exportados entre Brasil e Argentina, há uma grande variedade, um fator contribuinte para a ampliação dos setores produtivos nacionais. As exportações argentinas para o Brasil apresentam uma diversificação maior do que os envios para grandes centros (Estados Unidos, União Europeia e China), exemplificando em um caso prático como a relação centro-periferia fortalece a reprimarização da economia. No caso das exportações brasileiras, há uma diversificação maior dos produtos enviados para a Argentina se comparado à China, também confirmando a relevância dessa associação comercial para o desenvolvimento do país.

Argentina e Brasil, dentro do Mercosul, apresentam um alto grau de integração industrial através da densidade dos intercâmbios de manufaturas (CEPAL, 2018). Além disso, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina,

enquanto a Argentina é o segundo destino de exportações brasileiras de bens de capital e o terceiro de bens intermediários e de consumo (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2023). Essa relação é importante para ambos países, pois são grandes parceiros comerciais, e ainda que possuam relevância em sua atuação internacional, em conjunto são fortalecidos.

Entretanto, a volatilidade econômica e a superficialidade das relações ameaçam a promessa da proposta do Mercosul enquanto área de livre-comércio e união alfandegária, apesar do aumento do comércio entre os membros desde sua criação. Ainda assim, o Mercosul recuperou-se após a pandemia, recentemente concluiu as negociações de um pacto com a União Europeia (UE), que ainda não foi firmado (THE ECONOMIST, 2024).

A continuidade do progresso do Mercosul depende das boas relações do Brasil e da Argentina, a fim de convergirem em pautas compartilhadas. O bloco criado em 1991 por meio do Tratado de Assunção, a partir da superação do conflito entre Brasil e Argentina, nesse momento pode ser classificado como uma união aduaneira incompleta. Enquadra-se nessa classificação devido a não conclusão do processo de integração, apresentando ausência de uma tarifa única sobre os produtos importados de terceiros mercados, assim configurando-se como uma área de livre comércio (AMARAL, 2024).

O Mercosul, enquanto bloco econômico que ainda não percorreu todas as etapas do processo de integração, precisa aplicar uma tarifa comum sobre produtos sensíveis para alcançar uma união aduaneira completa. Para avançar o processo de integração é necessário que Brasil e Argentina estejam alinhados, porque representam um eixo central nesse contexto, o entendimento dos governos desses dois países é essencial para a integração. Nos últimos governos não há esse alinhamento, o que poderia ser alcançado através de uma pauta convergente entre os dois Estados, como a integração econômica ou a conclusão da união aduaneira incompleta (AMARAL, 2024).

Assim como os dados comerciais, as condições regionais do processo de integração elucidam a permanência da relevância dessa associação, Brasil e Argentina historicamente representam um pilar para o desenvolvimento na América

do Sul. A fundamentalidade de sua relação influencia não apenas internacionalmente, mas também na esfera doméstica, visto que o comércio exterior é uma via de ligação entre os dois níveis. Os eventos decorrentes dos posicionamentos governamentais desde a década de 80 destacam a necessidade do aprofundamento dessa aliança, tanto positivos quanto negativos, o que é confirmado com o estado atual de continuidade dessa coalizão.

2.3.1 As relações Brasil-Argentina no governo de Lula e Fernández

Desde janeiro de 2023 houveram transições governamentais no Brasil e na Argentina, no início desse ano Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se novamente, enquanto na Argentina Javier Milei venceu as eleições presidenciais em dezembro. Tais mudanças nos governos prospectavam alterações na política externa desses países, assim como sobre o cenário regional de integração comercial, nesse sentido impactando a associação bilateral desses Estados. Para o fechamento dessa análise de caso, são observadas as condições recentes, e não concluídas, da relação brasil-argentina sob os novos governos.

A ascensão de Lula à presidência no ano de 2023 indicou a retomada da priorização à integração regional, condizente com a diplomacia de seus governos anteriores, resultando em impactos na geopolítica latino-americana (BORGES, 2023). Cenário que indica um redirecionamento da política externa brasileira após a gestão bolsonarista, essa que caracterizou-se por hostilidade e isolacionismo, assim observa-se a retomada da relação argentino-brasileira acontecendo com intensidade.

As relações entre os presidentes Lula e Alberto Fernández constituíram-se com maior proximidade desde o início, em comparação às relações com o ex-presidente Bolsonaro. Em 2023 o ex-presidente argentino foi um dos líderes mundiais com quem Lula mais se encontrou, o que pode ser entendido pela associação amigável estabelecida, constituindo-se a partir da visita do argentino à Lula na prisão em Curitiba (CARMO, 2023).

Desde o início de 2023, quando Lula assumiu a presidência, o ex-presidente Alberto Fernández buscou o apoio brasileiro para lidar com as limitações econômicas do seu país. As condições econômicas da Argentina apresentam barreiras para o pagamento de produtos importados, devido às divisas limitadas, frente a isso Fernández buscou apoio brasileiro para financiar as importações de produtos brasileiros. Essa iniciativa foi confirmada pelo presidente Lula, que declarou a estruturação de uma linha de financiamento abrangente, visando não

perder espaço no mercado argentino para outros países que ofertam crédito - como foi o caso da China em 2020 (CARMO, 2023).

O governo brasileiro também considerou que essa iniciativa representa benefícios para a economia brasileira, através do impulsionamento das exportações ao mercado vizinho, gerando resultados positivos aos empresários brasileiros e para as exportações nacionais. Ainda em 2023, Lula lamentou não conceder empréstimos diretos ao vizinho, todavia posicionou-se disposto a encontrar vias alternativas de auxílio. Nesse sentido, o presidente brasileiro sugeriu a criação de um fundo garantidor, o que não foi consolidado mas mais uma vez demonstrou o pragmatismo de sua diplomacia presidencial (CARMO, 2023).

As negociações entre Brasil e Argentina não buscavam um empréstimo brasileiro, mas uma via para evitar a suspensão das exportações brasileiras para a Argentina, essa medida também evita a intensificação da presença chinesa no mercado argentino que provocaria diminuição da cota brasileira (CARMO, 2023). Essa iniciativa entre os governos garante a continuidade da associação comercial, e também evita a desintegração da região que seria decorrente de uma crescente presença chinesa.

Os governos de Fernández e de Lula, em conjunto, formularam o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina. Firmado durante a visita de Fernández ao Brasil, a convite do presidente Lula, em razão da comemoração dos 200 anos das relações diplomáticas entre os países. O documento aborda iniciativas de infraestrutura e desenvolvimento, também incluíram a projeção de encontrar vias para a criação de uma linha de crédito de produtos brasileiros exportados para a Argentina (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023).

Lula também demonstrou apoio à Argentina ao intervir na renegociação do Acordo da Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de aliviar as exigências feitas ao país em crise. Em conjunto a outros presidentes enviou uma carta ao Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, respaldando a renegociação com o organismo internacional (CARMO, 2023).

Em maio do ano passado, o presidente Lula reuniu em Brasília 11 chefes de Estado latino-americanos, para retomar o caminho de difusão da integração, assim

demonstrando as intenções do governo brasileiro de estimular a articulação regional. Os líderes divulgaram a carta formulada no encontro, por meio da qual reafirmaram valores comuns, também acordaram seguir com o debate para criação ou restabelecimento de meios para a cooperação envolvendo todos os países da região. Esse compromisso está vinculado ao Consenso de Brasília, documento dividido em nove pontos, pontuando a priorização do diálogo contínuo em paralelo ao impulsionamento da integração regional com objetivo de fortalecer a voz latino-americana no mundo. (VILELA, 2023)

Em seis meses de governo Lula havia se reunido cinco vezes com Fernández, a principal pauta de seus encontros relaciona-se ao auxílio no enfrentamento da crise econômica argentina, sinalizando o perfil cooperativo entre esses governos (ROSA; RIBBEIRO; HAHON, 2023). As relações inter-presidenciais de Lula e Fernández estiveram facilitadas por seu alinhamento político e ideológico, contribuindo para um diálogo mais próximo. De todo modo, a postura ideal para a solidificação das associações internacionais é que interesses governamentais estejam subordinados às pautas nacionais, assim não gerando impactos sobre os objetivos estatais.

Em todo caso, o resultado da curta gestão concomitante desses presidentes foi positivo, promovendo a reaproximação e retomada das interlocuções presidenciais. No mesmo sentido produtivo, os índices de exportação para a Argentina (gráfico 2) mantiveram-se, apresentando a maior cifra desde 2018. Entretanto, em dezembro de 2023 o cenário político dessa relação bilateral sofreu alterações novamente, Milei elegeu-se na Argentina e assim novas projeções surgiram.

2.3.2 As relações Brasil-Argentina no governo de Lula e Milei

As eleições argentinas em dezembro de 2023 promoveram incertezas sobre as relações com o Brasil, o candidato eleito Javier Milei sinalizava desde aquele momento a possibilidade de afastamento do governo brasileiro, reproduzindo as divergências ideológicas observadas entre Bolsonaro e Fernández (MOLITERNO, 2023). Frente a cenários de divergência ideológica é esperado pragmatismo na diplomacia presidencial, a fim de diferenças pessoais não intervirem nas relações estatais, mas conforme observado anteriormente nem sempre o diálogo ocorre nesse sentido.

Após a vitória de Javier Milei nas eleições argentinas, o governo Lula conduziu as relações de forma amistosa, mantendo a cooperação em diversos projetos. Dessa forma preservando a iniciativa da Aliança Estratégica Brasil-Argentina, elaborada antes das eleições em parceria com o governo de Fernández, facilitando a solidificação das relações econômicas para seguirem ativas (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2023).

Desde o início das interações o governo Lula demonstrou pragmatismo em sua diplomacia presidencial sobre Milei, a fim de preservar as relações bilaterais, conduzindo o diálogo com paciência e cautela. Ao receber os ataques do presidente argentino, não rebateu, mas declarou que estaria presente na posse de Milei apenas sob um pedido de desculpas. De todo modo, o governo Lula conduziu-se de forma pragmática, defendendo a superação das diferenças pessoais em prol dos interesses nacionais (PRAZERES, 2023).

Entretanto, a posição do presidente Lula em relação ao candidato eleito na Argentina foi distante, sua primeira declaração via redes sociais desejando sorte ao novo governo não mencionou o nome de Milei. Nessa declaração, Lula também posicionou-se com respeito ao vizinho, reforçando a disposição brasileira para atuação conjunta (OLIVEIRA, 2023).

Ainda em dezembro de 2023 o presidente Javier Milei, emitiu uma carta à Presidência da República do Brasil, informando sua posição sobre a participação argentina no Grupo dos BRICS. Através dessa declaração oficial comunicou as

mudanças aplicadas sobre a política exterior a partir da transição de governo que ocorria naquele momento, esclarecendo que a Argentina não participaria da iniciativa. Além disso, sinalizou o compromisso do seu governo acerca da intensificação dos laços bilaterais com o Brasil, especificamente sobre os setores comerciais e de investimento, também transmitiu seu interesse em um encontro (ARGENTINA, 2023).

Esperava-se esse pragmatismo do governo Milei sobre as relações exteriores da Argentina, visto que o país necessitava de divisas devido ao baixo nível de reserva, por isso a cooperação com seus aliados representa muito nesse momento. As ofensas de Milei direcionadas a Lula, durante sua campanha na Argentina, representaram um impasse (FORBES, 2023). O presidente argentino acusou o presidente Lula de ser corrupto e comunista, contribuindo para a criação de uma relação de hostilidade e distância, similar à dos presidentes anteriores (THE ECONOMIST, 2024).

As tensões entre os presidentes iniciadas durante as eleições, ocasionadas pelos ataques de Milei à Lula, mantiveram-se controladas nos primeiros seis meses do novo governo argentino. Hostilidades surgiram quando o presidente brasileiro declarou que esperava um pedido de desculpas por parte de Javier Milei à presidência do Brasil e ao povo brasileiro, o que foi rebatido por Milei, acusando Lula de “esquerdista com o ego inflado”. Após essas declarações, foi anunciado que o presidente argentino não compareceria à cúpula do Mercosul (EXAME, 2024).

Os ataques de Milei promoveram a ausência de Lula em sua posse, apesar do envio da carta da presidência argentina, o presidente brasileiro manteve a posição de não comparecer à Buenos Aires. A decisão de Lula também foi ocasionada pelo convite enviado por Milei à Donald Trump e ao ex-presidente Jair Bolsonaro, uma postura em prol da preservação da relação entre os dois países, a fim de evitar maiores desgastes ao comparecer em um evento com opositores políticos (LANDIM, 2023).

Em 2024 o presidente Milei ausentou-se do encontro bianual dos presidentes do Mercosul, o que foi considerado um desprezo, visto que o presidente priorizou discursar para a extrema-direita em um evento conservador no Brasil. Nesse sentido

tornou-se alvo de críticas do presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, ao apontar que se o Mercosul é tão importante todos os presidentes deveriam estar presentes (THE ECONOMIST, 2024). O presidente brasileiro também emitiu declarações críticas, referindo-se à sua atitude como uma “bobagem imensa”, devido a relevância da Argentina na região e a importância do Mercosul para seu país (CNN, 2024).

Javier Milei assumiu a Argentina com a economia extremamente conectada ao Brasil, vinculados para além do bilateralismo através do Mercosul. Nesse contexto, desde as eleições o presidente eleito representou uma ameaça, pois além de direcionar críticas à Lula também declarou considerar necessário eliminar o bloco econômico (BBC BRASIL, 2023). Essas posturas do atual presidente argentino, ainda em seu primeiro ano de governo, geram preocupações sobre um possível aprofundamento da crise bilateral e agravamento da desintegração regional.

Outro fator a ser considerado nas relações intergovernamentais do Brasil e da Argentina desde dezembro de 2023, são as coligações políticas de cada presidente, visto que Lula é associado a Alberto Fernández. Enquanto Milei demonstrou proximidade ao ex-presidente Jair Bolsonaro, principal opositor de Lula, o qual encontrou no evento conservador realizado simultaneamente à cúpula do Mercosul. A ligação entre esses políticos da extrema-direita foi observada na posse de Milei, em 10 de dezembro de 2023, que contou com a presença de Jair e Eduardo Bolsonaro - nesse evento o atual governo e o Brasil foram representados pelo chanceler Mauro Vieira (EXAME, 2024).

Através das divergências com Milei, e de seu discurso polêmico, são previstos resultados negativos e positivos para o Brasil a partir do atual governo vizinho. A recuperação macroeconômica da Argentina projeta maior consumo de produtos industrializados do Brasil, visto que o vizinho é o principal destino dos produtos industriais brasileiros, o que geraria maior receita nas exportações. Entretanto, o governo de Milei também estima perdas políticas para o Brasil, devido aos impactos do desalinhamento ideológico entre os presidentes (BBC BRASIL, 2023).

Politicamente suas divergências surgem do espectro no qual enquadraram-se, Lula é considerado um político de esquerda que defende a atuação do Estado no

crescimento econômico e políticas assistencialistas, sua agenda prioriza as populações pobres. Enquanto Milei é autointitulado anarcocapitalista, defendendo um modelo capitalista que prevê a anulação da regulação estatal (PRAZERES, 2023). A princípio esse é o núcleo do antagonismo interpresidencial nesse momento, passível de diálogo e ainda alinhado sobre o debate do crescimento econômico, entretanto as declarações públicas ofensivas provocam complicações nesse cenário.

Dessa forma, a preocupação central dos governos é que o desalinhamento ideológico prejudique a associação comercial, ou a integração regional através de desmantelamentos no Mercosul. As propostas radicais de Milei podem afetar o Brasil, como a saída argentina do Mercosul ou a dolarização da economia, visto que a conexão econômica entre os países é profunda e são importantes parceiros comerciais. De todo modo, a principal prejudicada por essas medidas seria a Argentina (PRAZERES, 2023).

A saída argentina do Mercosul prejudicaria as exportações brasileiras, o que seria um impacto negativo do governo Milei nesse comércio bilateral, e foi uma preocupação para o comércio exterior brasileiro desde as eleições argentinas. As exportações do Brasil são beneficiadas por acordos e tarifas preferenciais do bloco, dessa forma a retirada argentina representaria um grande impacto para o setor comercial brasileiro (AMORIM, 2023).

Sobre o destino do Mercosul, as referências foram se transformando ao longo do tempo, e a abordagem mudou para atualização do bloco. Além disso, há indicações de que as relações Brasil-Argentina sejam mantidas no nível de importância que apresentaram nos últimos anos (PRAZERES, 2023). Chanceleres de ambos governos reuniram-se em Buenos Aires durante a posse de Milei, representando uma proximidade pragmática entre os governos, nesse encontro discutiram a ampliação de acordos no Mercosul (TADDEO; MAGALHÃES, 2023).

Os representantes oficiais do governo Milei concordaram com o fortalecimento de iniciativas mercosulistas, a fim de gerar benefícios para o Brasil e a Argentina, assim superando questões ideológicas. A chanceler argentina Diana

Mondino também declarou que a parceria com o Brasil permanecerá, com prioridade para melhorar e de forma rápida (TADDEO; MAGALHÃES, 2023).

Até o momento, o presidente Lula mantém sua declaração de encontrar-se com Milei somente após um pedido de desculpas, devido aos ataques durante as eleições. Além dos ataques, a proximidade entre Milei e Bolsonaro também incentiva o distanciamento, sobretudo os governantes estão agindo com prudência para não provocar maiores desgastes na relação bilateral (FALCÃO; BERGAMASCO, 2024). Os governos de Lula e Milei ainda não se encontraram, estão mantendo cautela sobre essa relação, mas a falta desse encontro é um fator perigoso para um possível distanciamento entre as relações bilaterais.

Os presidentes tiveram a oportunidade de se encontrar durante a Cúpula do G7, realizada na Itália em junho deste ano, o que não ocorreu. Desse modo seguem sem previsão de um encontro oficial, devido à falta do pedido de desculpas que Lula aguarda, assim mantendo uma relação distante desde que Milei assumiu o cargo (BALAGO, 2024). Anteriormente à cúpula, o presidente da Argentina enviou pela segunda vez uma carta para Lula, novamente pontuando a centralidade das relações bilaterais entre os países para a Argentina (PRADO, 2024).

Apesar da ausência de diálogo e encontros entre os presidentes, a cooperação bilateral segue ativa, em maio de 2024 o Brasil auxiliou o vizinho em um possível colapso energético. A Petrobras enviou um navio com 44 milhões de metros cúbicos (m³) de gás liquefeito (GNL), contratado pela Argentina, a fim de evitar auxiliar na escassez do combustível no país. Após complicações nas negociações com a Petrobras, o governo argentino acionou a diplomacia brasileira, a comunicação resultou na liberação do procedimento - sinalizando uma postura proativa do Brasil em ajudar um parceiro importante (RITTNER; TADDEO, 2024).

As interações bilaterais seguem normais desde que Milei assumiu a presidência na Argentina, apesar do clima distante entre os presidentes, sinalizando a priorização da relação entre os países antes da relação entre as pessoas ou entre presidentes. O embaixador do Brasil na Argentina, Julio Bitelli, foi convocado pelo presidente Lula para receber instruções e fornecer atualizações sobre a Argentina, sobre essa visita ao Brasil pontuou que a relação bilateral não deve depender do

contato entre os presidentes. Nessa visita, tanto o chanceler Mauro Vieira quanto o presidente Lula solicitaram que o embaixador mantivesse abertura nos canais de diálogo com o governo argentino, reforçando a importância da manutenção dessas relações bilaterais (PRADO; CNN BRASIL, 2024).

A visita de Milei ao Brasil para participar de um evento com opositores de Lula, sem encontrar-se com o presidente brasileiro, foi uma postura descaracterizada das normas tradicionais na diplomacia (CNN BRASIL, 2024). Nesse sentido, a postura do atual presidente argentino é dualista, visto que as cartas enviadas ao presidente brasileiro intencionam uma aproximação entre os líderes de governo. Em sua primeira carta havia convidado Lula para sua posse, convite que foi declinado em razão dos ataques.

Embora não haja diálogo interpresidencial, é observada maturidade nas relações econômico-comerciais entre Brasil e Argentina, os diversos setores seguem cooperando normalmente (RITTNER; TADDEO, 2024). De todo modo, ambos presidentes poderiam realizar maiores concessões para aproximação entre os governos, visto que ambos são os principais líderes. Apesar do diálogo interpresidencial manter-se distante, até o momento não foi observado grande impacto sobre a integração comercial e os intercâmbios, ainda assim esse cenário representa riscos para a associação bilateral.

3. ESTRUTURALISMO HISTÓRICO E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL: O CASO BRASIL E ARGENTINA

O caso observado trata-se do enquadramento das realidades nacionais desses Estados sobre o espectro periférico, considerando o processo de constituição socioeconômica a partir da colonização, a fim de compreender a dinâmica que experimentam internacionalmente. Tanto Brasil quanto Argentina foram colônias ibéricas, e participaram dos eventos independentistas, nesse sentido vivenciaram a experiência colonial por completo. Conforme analisado anteriormente, todos esses momentos resultaram na estruturação de alternativas para enfrentar a desigualdade presente no sistema centro-periferia, este sendo uma herança colonial determinante para as realidades nacionais de ex-colônias.

Através da abordagem cepalina, teorizada por Prebisch como o estruturalismo histórico, é possível interpretar os fatos que constituíram os Estados como são hoje e porque ocupam determinada posição no mundo. A partir da colonização firmaram-se dinâmicas políticas e econômicas que definiram as estruturas da América Latina, tanto no âmbito interno quanto externo. Domesticamente predomina a produção primária e a qualidade de vida é inferior comparada aos centros, internacionalmente a posição desfavorecida resulta em menor poder de negociação e subalternidade, além do intercâmbio comercial desigual por deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 2000).

Ao analisar esse fluxo comercial, Raúl Prebisch elaborou propostas para transformar o modelo de produção periférico, assim indicando que essas economias completassem seu processo de industrialização. Dessa forma reduziria-se a dependência das exportações de commodities e importação de bens manufaturados, diminuindo os impactos do intercâmbio desigual e fortalecendo suas economias por meio da produção interna de bens que antes eram importados. A industrialização por substituição de importações é uma solução para aumentar as oportunidades de emprego e impulsionar a capacidade tecnológica, também possibilita reposicionar-se em relação às flutuações dos preços das commodities no mercado internacional (PREBISCH, 2000).

Para além da mudança no comércio exterior por meio da transformação do setor produtivo, simultaneamente o mercado interno é fortalecido, como consequência do acréscimo da renda da população por conta do aumento de empregos em conjunto com a maior oferta nacional de produtos. A concentração no mercado interno, através de políticas promotoras da elevação do poder de compra da população, estimulam a demanda por produtos de manufatura nacional. A fortificação do mercado interno auxilia no sustento da produção industrial nacional, dessa forma reduzindo vulnerabilidades às crises externas e a deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 2000).

A integração econômica regional é fundamental nesse processo, como estratégia para aumentar o comércio intra-regional e diminuir a dependência dos países centrais, através da cooperação regional os países latino-americanos podem criar mercados mais amplos e diversificados. Essa medida facilita o desenvolvimento de cadeias produtivas regionais, fortalecendo economias locais e promovendo equilíbrio nos termos de troca (PREBISCH, 2000). Dessa forma o integracionismo configura-se como uma descolonização das relações comerciais internacionais, a partir do momento que rejeita a dinâmica centro-periferia ao criar um novo fluxo comercial intra-regional.

Outra medida estrutural proposta por Prebisch foi a reforma das relações comerciais internacionais, com o objetivo de tornar o sistema mais justo para todos os países, nesse sentido sugeriu a criação de mecanismos internacionais estabilizadores dos preços das commodities. Essa mudança melhoraria os termos de troca para os países periféricos, assim como promoveria correções nas desigualdades estruturais que os prejudicam, simultaneamente permitiria o crescimento econômico equitativo (PREBISCH, 2000).

A aplicação das medidas propostas por Prebisch em conjunto com a CEPAL indicam a necessidade latino-americana da integração, visto que somente através desse processo seria possível promover as transformações socioeconômicas e políticas exigidas para superar a condição periférica. Os processos de integração regional servem como um instrumento para enfrentar a reprimarização das economias, visto que o comércio intrabloco é majoritariamente composto por

manufaturas. Além disso, o alinhamento entre os países da região fortalece sua posição no sistema internacional, assim contribuindo com a potencialização de suas intervenções neste âmbito.

A integração comercial consolidou-se como um fator importante na América Latina, do mesmo modo nas relações bilaterais entre Argentina e Brasil, formando parte das estratégias econômicas regionais com capacidade de transformação estrutural. Dessa forma, para além das reformas nacionais propostas para superar os desafios da perifericidade, é necessário implementar medidas internacionais promotoras de mudanças sistêmicas. Por exemplo, a partir do integracionismo as economias regionais aproximam-se e priorizam as trocas intra-regionais, assim estimulando a atividade industrial dos Estados latino-americanos periféricos.

Por essas razões a associação bilateral entre Argentina e Brasil é tão importante para ambos países, assim como para a região, pois representa uma alternativa ativa para alcançar as metas de crescimento e desenvolvimento. O que ocorre devido a configuração e potencial dessa relação para aplicação das propostas estruturalistas, conforme observou-se no decorrer das últimas décadas, a cooperação entre esses Estados é geradora de resultados positivos. Portanto, para seguir em direção aos objetivos estabelecidos é necessário que os governos mantenham as iniciativas integracionistas em prol do interesse nacional, desse modo evitando conflitos ideológicos.

3.1 A associação Brasil e Argentina na atualidade: correlação entre o sistema centro-periferia e a integração regional

Como mencionado anteriormente, o intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina representa uma grande parcela do consumo de produtos industrializados brasileiros, constituindo a Argentina como um importador fundamental para o Brasil. Afinal, para além do desenvolvimento industrial é necessário o direcionamento comercial dessa produção. Nesse sentido, a exportação de manufaturados brasileiros para o vizinho sul-americano conforma-se como a continuidade do processo de reposicionamento internacional visto que exerce as reformas econômicas almejadas.

Da mesma forma que o Brasil representa um destino com grande diversidade de produtos para as exportações argentinas (quadro 1), assim fortalecendo a economia argentina. Através da diversificação exportadora os riscos econômicos são reduzidos, visto que diminui a dependência de um único setor ou mercado, detendo grandes impactos da volatilidade internacional. Essa configuração comercial também gera maior estabilidade econômica, devido a variação das fontes de receita, o que evita que um setor ou produto específico desequilibre a economia por completo.

Por meio da diversificação ocorre o impulsionamento da exportação de produtos com maior valor agregado, proporcionando expansão dos lucros. Sobretudo, as exportações diversificadas promovem o desenvolvimento das cadeias produtivas, o que estimula a capacidade de produção e a inovação, contribuindo ao crescimento nacional. A diversidade nas exportações constitui-se um elemento importante para o fortalecimento da economia, pois amplia o mercado e reduz riscos associados à dependência de um único setor ou produto.

Essa configuração exportadora converte-se em uma estratégia assertiva para a superação da condição periférica, visto que entre os desafios principais enfrentados por Estados periféricos estão a reprimarização da economia e a dependência nacional da exportação primária, o que pode ser combatido por uma dinamização comercial a partir da diversificação. Como exposto anteriormente, esse

formato de trocas comerciais é observado na relação entre Argentina e Brasil, sendo essa uma característica que confere maior valor à associação.

Os intercâmbios bilaterais ilustram as mudanças nas economias nacionais refletidas no comércio exterior desses Estados, visto que a partir dessas pode-se observar as transformações estruturais na prática, através da priorização das relações regionais e de sua caracterização. Desse modo, é compreendido como o fortalecimento das relações regionais, a fim de intensificar trocas comerciais com maior qualidade, é uma via para enfrentar a reprimarização e desindustrialização dessas economias.

A parceria das duas maiores economias da região é essencial para a integração sul-americana, uma via estratégica no ambiente internacional, que permite aos dois países atuarem em diversos setores internacionais, como: comércio internacional, meio ambiente, direitos humanos, paz e segurança e desarmamento, e agrupamentos no G20. A relação brasil-argentina é marcada por projetos de longo prazo, desde o desenvolvimento de infraestrutura até a diversificação produtiva (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2023). Dessa forma, a associação entre Argentina e Brasil molda-se como um fator impulsionador da integração regional, ao mesmo tempo que é atuante sobre as transformações estruturais da condição periférica.

O distanciamento nessa relação bilateral contribui à continuação do estado frágil das cadeias produtivas entre esses Estados, conduzindo ao sentido contrário dos objetivos estabelecidos e enfraquecendo as iniciativas de integração comercial. Nesse contexto, tanto para alcançar a transformação estrutural quanto para otimizar as dinâmicas da região, faz-se necessária a preservação e aprofundamento da associação brasileiro-argentina. Pois, como observou-se, essa é fonte de reformas comerciais e também promotora do fortalecimento desses Estados no sistema internacional.

Os governos nacionais possuem o poder para conduzir suas políticas externas em direção à intensificação da integração regional, assim estimulando a aproximação de Estados com a mesma posição internacional, que compartilham o mesmo processo de estruturação histórica e atualmente deparam-se com desafios

similares. A consolidação de bases comerciais regionais proporciona independência dos mercados centrais, assim permitindo que os países em condição periférica atuem com maior autonomia, e também exercitem setores mais lucrativos. Nesse sentido, conclui-se que a integração comercial na América Latina é uma via alternativa promissora para a superação dos efeitos do sistema centro-periferia.

3.2 Projeções futuras sobre o bilateralismo argentino-brasileiro

Atualmente, sob os governos de Lula e Milei, Argentina e Brasil apresentam um distanciamento intergovernamental que até esse momento não impactou a associação comercial severamente. Ao observar os governos anteriores de Bolsonaro e Fernández, a condição das relações bilaterais era muito mais grave. Ainda assim, o desalinhamento entre os atuais presidentes representa uma ameaça à saúde dessa aliança, importante para ambos Estados e também para a integração regional.

A melhor alternativa frente às divergências ideológicas desses líderes de governo é o diálogo e a cooperação, apesar da continuidade dos projetos compartilhados e dos encontros entre membros desses governos, faz-se necessária a concessão dos dois presidentes para que haja encontros e debates diretos. Conforme pontuado anteriormente, a superação das diferenças pessoais e antagonismos políticos deve ser preterida em relação aos interesses nacionais e do Estado.

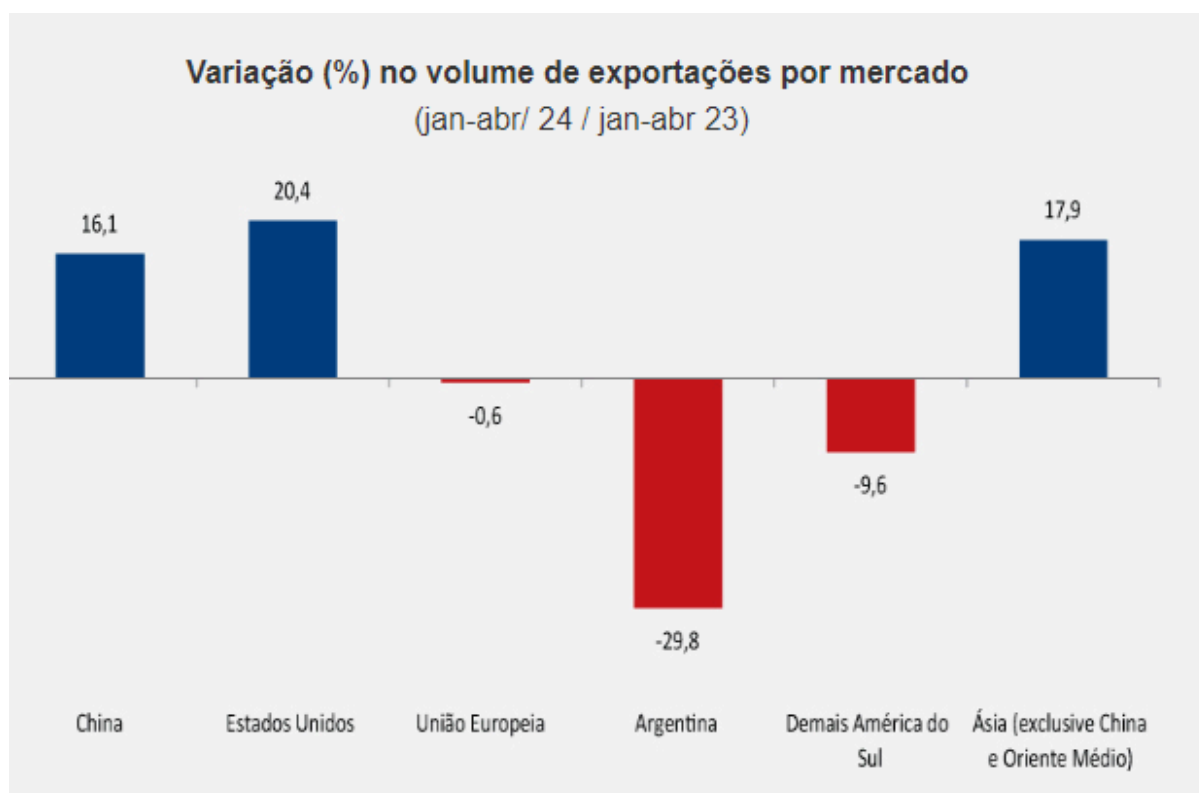
As instabilidades políticas que permeiam o bilateralismo brasileiro-argentino contribuem para a permanência da vulnerabilidade externa, condição que as iniciativas integracionistas buscam combater, em prol do reposicionamento e fortalecimento internacional desses Estados periféricos. Para isso, a permanência das relações Brasil-Argentina é essencial, pois é um fator impulsionador dessas metas através da sua configuração cooperativa e complementar. A dinâmica comercial que apresentada permite a transformação das estruturas de comércio exterior que esses países costumam experimentar, visto que em suas trocas bilaterais é priorizada a equidade e benefícios mútuos, opondo-se ao praticado entre centro e periferia.

Os dados quantitativos dos gráficos observados no capítulo anterior sinalizam uma recuperação do fluxo comercial entre os Estados, apesar do decréscimo das exportações brasileiras para o vizinho no último ano. Então, dessa forma, o maior contraste está na análise qualitativamente dessa relação, devido ao desalinhamento intergovernamental e conflitos entre os presidentes. Assim, sinalizando a

possibilidade de intensificação dos efeitos desse distanciamento sobre o intercâmbio comercial, esse sendo fundamental para as economias desses países e seus objetivos desenvolvimentistas.

No gráfico abaixo elucida-se o cenário do primeiro bimestre de 2024 com recuo de 28% nas exportações para a Argentina, em comparação ao ano anterior, enquanto as exportações para a China cresceram 46,6% no mesmo período. Tal movimento decrescente gera-se a partir da grave crise econômica argentina, que registra níveis inflacionários de três dígitos, enquanto o parceiro chinês impulsiona o total de exportações brasileiras (GARCIA, 2024). Esse cenário gera preocupações devido ao caráter das exportações para cada parceiro, visto que os produtos enviados para a Argentina são majoritariamente manufaturados com valor agregado, enquanto ao gigante asiático são vendidos produtos primários com menor diversidade se comparado ao vizinho sul-americano.

Gráfico 3 - Variação (%) no volume de exportações por mercado (jan-abr/24 / jan-abr/23)



Fonte: FGV IBRE, 2024.

A problemática desse cenário reside no impacto dessas configurações de exportação sobre as iniciativas transformadoras do setor econômico periférico, o comércio exterior com foco nas commodities reforça a posição internacional subalterna desses Estados, ao estimular a produção primária. No mesmo sentido, as exportações de produtos industrializados promovem a produção industrial, contribuindo para os objetivos de crescimento e desenvolvimento econômico. Assim elucidando as razões para priorização do intercâmbio comercial intra-regional, devido às metas estabelecidas para esses países.

Em junho deste ano, as exportações para a Argentina caíram 50% comparado ao mesmo mês de 2023, deixando de comercializar US\$ 1 bilhão. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) atribuiu esse movimento à queda do poder de compra na Argentina, considerando a situação econômica nacional. Os impactos da diminuição da demanda são a queda nas importações do país, neste primeiro semestre do governo de Javier Milei houve queda de 5% no PIB, assim diminuindo a renda e poder de compra da população (NOBERTO, 2024).

Os movimentos domésticos na economia Argentina impactam as exportações brasileiras, visto que o Brasil exporta majoritariamente produtos industrializados para a Argentina, que é mais sensível à queda de renda se comparado à alimentos (NOBERTO, 2024). O registro decrescente sobre as exportações brasileiras para a Argentina registrada em 2024 também foi notado para outros países da América do Sul e para a União Européia, mas em menor medida, e com recuperação observada no mês de abril. Enquanto para o vizinho, a queda nas exportações apenas intensificou-se, agravando o cenário comercial bilateral (MONTEIRO, 2024).

Desde as eleições de 2023 projetavam-se preocupações sobre esse bilateralismo, devido aos possíveis impactos da transição governamental, o que é decorrente dos posicionamentos do presidente eleito Javier Milei (MOLITERNO, 2023). A interpretação do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) sobre as oscilações nas exportações indicam como razão principal os eventos atípicos do ano passado, como as condições climáticas desfavoráveis no país vizinho, o que favoreceu as exportações brasileiras de soja e energia. De todo modo é observada

a diminuição da participação argentina no comércio exterior brasileiro, resultando o menor índice participativo do vizinho no total de exportações do Brasil desde 2018, naquele ano era 8,5% enquanto em abril deste ano foi 3,6% (MONTEIRO, 2024).

Apesar da compreensão desse movimento comercial em decorrência da atual situação econômica argentina, ainda representa uma perda importante para o mercado de manufaturados brasileiros, essa que é uma das características históricas do intercâmbio comercial bilateral entre esses Estados. O que gera preocupações sobre a condição das relações comerciais da região, sobretudo porque a balança comercial brasileira de 2024 registrou intensificação nas trocas com a China (MONTEIRO, 2024). Considerando os objetivos e estratégias mencionados anteriormente, essas movimentações não convergem com o caminho traçado para a transformação estrutural e aprofundamento da integração regional.

Ao contemplar os recentes acontecimentos intergovernamentais e resultados comerciais visualiza-se a predominância da incerteza sobre o futuro desta associação bilateral, a partir da relação dos atuais presidentes não é possível garantir que ocorrerá aprofundamento e aproximação, assim como é prematuro determinar quais serão os efeitos quantitativos. De todo modo, os governos de Bolsonaro e Fernández servem de alerta sobre as consequências dos conflitos inter-presidenciais e distanciamentos. Enquanto Sarney e Alfonsín consagraram-se exemplos históricos da diplomacia presidencial, tornando-se referências positivas de condução das políticas externas desses Estados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decorrência deste trabalho permite elucidar as consequências estruturais do processo de constituição histórica da América Latina, através da observação do cenário contemporâneo das relações comerciais de Argentina e Brasil, assim como por suas realidades socioeconômicas. Os arranjos regionais destacam a configuração periférica experimentada por esses Estados, desde a iniciativa da integração regional até o formato do comércio exterior exercido em relação ao sistema internacional. Nesse sentido, compreendendo a primazia dos governos nacionais para o posicionamento internacional estratégico e coerente com os interesses específicos de suas respectivas realidades.

Acerca dessa conjuntura histórica, internacional, e socioeconômica, a CEPAL atuou nas últimas décadas com o objetivo de transformação estrutural. Para isso, utilizaram-se de estudos sobre as questões econômicas, sociais e políticas da América Latina e Caribe, a fim de desvendar a economia do desenvolvimento aplicada a essa realidade. Dessa forma, por meio do estruturalismo histórico aplicado neste estudo de caso, foram aplicados conceitos teorizados por esse organismo com foco na abordagem de Prebisch.

A partir da observação da constituição histórica regional, assim como da posição dos Estados observados, é determinado o enquadramento de Brasil e Argentina no espectro periférico. Para essa conclusão, foram utilizados os conceitos de Prebisch (2000), dentre esses: o sistema centro-periferia, deterioração dos termos de troca, a industrialização por substituição de importações, o intervencionismo estatal, o estruturalismo econômico e o desenvolvimento com equidade. Os quais são observados na prática, tanto sobre o bilateralismo entre Argentina e Brasil, quanto às iniciativas individuais desses países.

Os projetos de cooperação brasileiro-argentinos, em prol do desenvolvimento e crescimento econômico, enfrentam os obstáculos estruturais do sistema centro-periferia. Para superar a deterioração dos termos de troca utilizam das propostas prebischianas, como a industrialização por substituição de importações e o desenvolvimento com equidade, estratégias aplicadas por meio do

intervencionismo estatal. Nesse sentido, os governos nacionais adquirem a relevância observada, pois são os atores principais para condução dos projetos relacionados a essas iniciativas.

Conforme destacou-se na análise, a associação bilateral iniciou-se a partir da aproximação dos governos da Argentina e do Brasil na década de 80, que foram promotores da integração regional e da cooperação entre esses Estados. Assim, compreendendo a colaboração entre os governos como fator fundamental para as metas de crescimento econômico e desenvolvimento regional, possibilitando a transformação almejada.

Frente à relevância da continuidade desse processo e às condições conjunturais observadas, executou-se a pesquisa do cenário atual das relações comerciais bilaterais entre Argentina e Brasil, direcionada aos recentes governos. Desse modo, o foco do trabalho esteve dedicado às últimas duas presidências desses países, assim sendo analisados os governos de Alberto Fernández e Javier Milei na Argentina, e Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. A análise buscou compreender os efeitos das relações governamentais sobre o intercâmbio comercial, utilizando das conduções das políticas externas e de dados do comércio internacional desses Estados.

Assim considerando, a relevância desses movimentos frente às metas compartilhadas para o reposicionamento internacional e transformação estrutural, em prol da superação da condição periférica e suas implicações. Nesse sentido, foi possível compreender como a associação bilateral entre Argentina e Brasil promove de forma eficiente as propostas de Prebisch, pois permite praticar as propostas elaboradas pelo economista argentino. Por exemplo, os acordos estabelecidos contemplam o desenvolvimento com equidade a partir das cláusulas de equiparação de superávit comercial, assim como por meio de suas características de complementaridade e fortalecimento das cadeias produtivas associadas.

Sobretudo, o estruturalismo econômico é envolvido por meio da condução de políticas relacionadas aos reais interesses desses Estados, rejeitando modelos centristas que competem às regiões com processos de constituição histórica diferentes. A priorização das relações comerciais regionais também fortalece a

integração regional, o que, conforme visto, conforma-se como uma alternativa para o enfrentamento da deterioração dos termos de troca. O desequilíbrio no intercâmbio comercial entre os Estados é um grande fortalecedor das posições no sistema centro-periferia, ao executar a equidade nos termos de troca são fortalecidos setores produtivos que promovem o desenvolvimento e crescimento econômico das nações periféricas, dessa forma transformando a realidade estrutural que esses países experimentam.

Em benefício dessa configuração de comércio exterior, é necessário que os governos brasileiros e argentinos mantenham suas agendas nacionais alinhadas nessa direção, a fim de evitar o distanciamento ou rompimento dessas iniciativas importantes para os objetivos traçados. Dessa forma, os eventos decorrentes dos posicionamentos presidenciais representam uma ameaça a tal associação com grande importância, tanto para esses Estados quanto para a região. As relações Brasil-Argentina têm sobrevivido às diferenças governamentais devido à sua profundidade e dimensão, sua agenda bilateral de interesses é complexa e sinaliza gerar benefícios para ambos países a partir de seu aprofundamento.

Além do grande volume comercial, há uma intensa complementaridade entre as duas economias, especialmente no setor industrial. Argentina e Brasil possuem uma profunda integração fronteiriça, grande intercâmbio cultural e econômico entre as populações, além de compartilhar diversos passos fronteiriços e pontes internacionais. Também apresentam uma elevada integração produtiva e grande intercâmbio turístico, com intensa e histórica cooperação, além disso em dimensão regional são os principais impulsionadores do Mercosul. Para a utilização desse potencial, e continuidade da integração estabelecida até o momento, é decisivo que os governos nacionais mantenham agendas alinhadas e a proximidade bilateral.

Atualmente, as relações entre os presidentes é distante, mas ainda não apresenta grandes hostilidades como foi observado nos governos anteriores. De todo modo, o cenário entre Lula e Milei é ameaçador, e permite conceber resultados indesejáveis. Sobretudo, não promove condições favoráveis para as metas de crescimento, assim preservando um arriscado status quo.

Os intercâmbios entre periferia e periferia geram maiores benefícios comerciais e econômicos para Estados periféricos, se comparado aos intercâmbios entre centro e periferia, pois a configuração das trocas comerciais desses apresenta equidade e é menos suscetível à deterioração dos termos de troca. E por essa razão devem ser priorizados, convertendo-se em interesse nacional, assim evitando que estejam suscetíveis à oscilações governamentais.

A análise das relações bilaterais entre Argentina e Brasil revela uma dinâmica complexa, profundamente influenciada por fatores políticos, econômicos e históricos. Apesar do distanciamento intergovernamental observado, sob as administrações dos quatro últimos presidentes, a interdependência econômica entre os dois países manteve-se, evidenciada pelo fluxo comercial que, mesmo diante de desafios, continua a ser uma parte vital de suas economias.

O cenário contemporâneo destaca a necessidade urgente de diálogo e cooperação, uma vez que as divergências ideológicas representam uma ameaça à aliança histórica entre os dois Estados. A experiência dos governos anteriores, como os de Bolsonaro e Fernández, serve como um alerta sobre os potenciais desdobramentos negativos de conflitos inter-presidenciais. A fragilidade da relação bilateral, portanto, exige que ambos os presidentes priorizem os interesses nacionais e regionais sobre antagonismos pessoais.

Os dados apresentados sobre o comércio exterior, incluindo a diminuição das exportações brasileiras para a Argentina e o crescimento das exportações para a China, revelam uma mudança preocupante na dinâmica comercial. Essa transição pode intensificar a vulnerabilidade econômica de ambos os países, enfatizando a importância do fortalecimento das relações comerciais intra-regionais, que favorecem uma troca mais equitativa e produtiva.

Por fim, a sobrevivência da relação Brasil-Argentina, historicamente marcada pela complementaridade econômica e integração cultural, dependerá da capacidade dos governos de manterem agendas alinhadas e focadas em objetivos comuns. A continuidade dessa associação é essencial não apenas para os interesses bilaterais, mas também para o fortalecimento da integração regional na América

Latina, permitindo que ambos os países avancem em direção ao desenvolvimento econômico e à superação da condição periférica no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 1960: reformas estructurales para el desarrollo regional.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada60>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 1970: estilos de desarrollo en América Latina y el Caribe.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada70>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 1980: crisis de la deuda.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada80>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 1990: transformación productiva con equidad.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada90>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 2000: globalización, desarrollo y ciudadanía.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada2000>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 2010: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada2010>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Década de 2020: transformación del modelo de desarrollo en uno más productivo, inclusivo y sostenible.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada2020>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CEPAL. **75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino: Orígenes de la CEPAL y década de 1950.** 17 mai. 2023. Disponível em: <<https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada50>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. **Bolsonaro e Alberto Fernández tiveram diálogo pela primeira vez.** Correio Braziliense, 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2020/11/4892204-bolsonaro-e-alberto-fernandez-tiveram-dialogo-pela-primeira-vez.html>> . Acesso em: 10 set. 2024.

AMARAL, Alberto do. **Avanço do Mercosul depende de um bom entendimento entre Brasil e Argentina.** Jornal da USP, 11 jun. 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/avanco-do-mercosul-depende-de-um-bom-entendimento-entre-brasil-e-argentina/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

AMORIM, Daniela. **Milei na Argentina traz riscos de longo prazo a exportações brasileiras, diz FGV.** CNN Brasil, 21 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/milei-na-argentina-traz-riscos-de-longo-prazo-a-exportacoes-brasileiras-diz-fgv/>>. Acesso em: 24 set. 2024

APEXBRASIL. **Argentina permanece como destino estratégico para exportações brasileiras apesar de oscilações conjunturais.** ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), 29 abr. 2024. Disponível em: <[https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/argentina-permanece-como-destino-estrategico-para-exportacoes-brasileiras-apesar-de-oscilacoes-conjunturais.html#:~:text=Em%202023%2C%20nossas%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20chegaram%20US\\$%204%2C7%20bilh%C3%B5es.>](https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/argentina-permanece-como-destino-estrategico-para-exportacoes-brasileiras-apesar-de-oscilacoes-conjunturais.html#:~:text=Em%202023%2C%20nossas%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20chegaram%20US$%204%2C7%20bilh%C3%B5es.>)> Acesso em: 14 set. 2024.

ARGENTINA. **Presidência da Nação Argentina.** Buenos Aires, 22 dez. 2023. Disponível em:

<<https://static.poder360.com.br/2023/12/carta-Brics-Milei-29dez2023.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BALAGO, Rafael. **Lula e Milei terão chance de 1º encontro em cúpula do G7 na Itália.** Exame, 11 jun. 2024. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/lula-e-milei-terao-chance-de-1o-encontro-na-cupula-do-g7-na-italia/>>. Acesso em 24 set. 2024.

BAUMANN, Renato; LERDA, Juan C. (1987). **A Integração Econômica entre Brasil, Argentina e Uruguai: Que Tipo de Integração se Pretende?** In: BAUMANN, R.; LERDA, J. C. (Org.) (1987). Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate. São Paulo e Brasília: Marco Zero e Editora Universidade de Brasília.

BBC Brasil. **Milei vence na Argentina: o que Brasil tem a ganhar ou perder?.** BBC News Brasil, 19 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n5de23q59o>>. Acesso em: 23 set. 2024.

BENITES, Afonso; MOLINA, Federico Riva. **Tensão entre Brasil e Argentina contamina cúpula do Mercosul.** El País, Buenos Aires, 04 dez. 2019 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/03/internacional/1575383871_787701.html> . Acesso em: 7 set. 2024.

BENITES, Afonso; MOLINA, Federico Riva. **Presença de Lula na Argentina tensiona as relações bilaterais com o Brasil.** El País, Buenos Aires / Brasília, 10 dez. 2021 Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-10/presenca-de-lula-na-argentina-tensiona-as-relacoes-bilaterais-com-o-brasil.html>>. Acesso em: 7 set. 2024.

BORGES, Fábio. **Da política externa da destruição ao retorno da integração**. Le Monde Diplomatique, 1 de junho de 2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/da-politica-externa-da-destruicao-ao-retorno-da-integracao/>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BOSSO, Bianca. **Integração regional latino-americana: os desafios transcendem fronteiras. A formação de um bloco econômico pode proporcionar desenvolvimento, estimular a tecnologia e, especialmente, melhorar a qualidade de vida das populações da região**. Cienc. Cult. [online]. 2023, vol.75, n.3 [citado 2024-02-15], pp.1-4. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.

CARMO, Marcia. **'Falta de clima' com Bolsonaro deixa presidente eleito da Argentina de fora de encontro do Mercosul**. BBC News Brasil, Buenos Aires, 01 dez. 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50606788>>. Acesso em: 7 set. 2024.

CARMO, Marcia. **Sob Bolsonaro e Fernandez, Brasil e Argentina vivem maior afastamento em 35 anos**. BBC News Brasil, Buenos Aires, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53215350>>. Acesso em: 7 set. 2024.

CARMO, Marcia. **Alberto Fernández e Lula: o que Argentina quer do Brasil?**. BBC News Brasil, Buenos Aires, 27 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2qg21kk2yyo>>. Acesso em: 13 set. 2024.

CENTENERA, Mar. **Em frase desastrosa, Fernández diz que “brasileiros vieram da selva” e argentinos, “dos barcos da Europa”**. El País, Buenos Aires, 9 jun. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-10/em-frase-desastrosa-fernandez-diz-que-brasileiros-vieram-da-selva-e-argentinos-dos-barcos-da-europa.html>>. Acesso em: 10 set. 2024.

CEPAL. **La convergencia entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: enfrentando juntos un escenario mundial desafiante**. (LC/PUB.2018/10), Santiago, 2018.

CNN. **Milei não participar de reunião do Mercosul é “bobagem imensa”, diz Lula**. CNN Brasil, 08 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-nao-participar-de-reuniao-do-merc-sul-e-bobagem-imensa-diz-lula/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

Declaração do Iguçu. 29 de novembro de 1995. Disponível em: <<https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/19502>>. Acesso em: 01 set. 2024.

CNN Brasil. **Embaixador à CNN: Relação Brasil-Argentina não pode depender dos presidentes**. CNN Brasil, 16 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/embaixador-a-cnn-relacao-brasil-argentina-nao-pode-depender-dos-presidentes/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

Em poucas palavras - MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>>. Acesso em: 3 ago. 2024.

EXAME. Milei cancela ida à cúpula do Mercosul e deve encontrar Bolsonaro em Camboriú. Exame, 1 jul. 2024. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/milei-cancela-ida-a-cupula-do-mercopol-e-deve-encontrar-bolsonaro-em-camboriu/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

FALCÃO, Tainá; BERGAMASCO, Débora. Argentina: sem desculpa de Milei, Lula não tem data para visitar país vizinho. CNN Brasil, Brasília, 07 mar. 2024. Disponível: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/argentina-sem-desculpa-de-milei-lula-nao-tem-data-para-visitar-pais-vizinho/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

FORBES. Milei não deve mudar comércio de trigo com Brasil, diz Abitrigo. Forbes AGRO, 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesagro/2023/11/milei-nao-deve-mudar-comercio-de-trigo-com-brasil-diz-abitrigo/>>. Acesso em 20 set. 2024.

FORLINI, Luana. Diferenças entre Bolsonaro e Fernández diante do coronavírus. Fundação Perseu Abramo, 18 abr. 2020 Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2020/04/18/diferencas-entre-bolsonaro-e-fernandez-diante-do-coronavirus/>>. Acesso em: 7 set. 2024.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução de Galeano de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GARCIA, Gabriel. Alberto Fernández vence Macri e será o próximo presidente argentino. CNN Brasil, Brasília, 6 mar. 2024. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/exportacoes-para-argentina-recuam-28-no-1o-bimestre/>>. Acesso em: 26 set. 2024.

GONZÁLEZ, Enric. **Alberto Fernández vence Macri e será o próximo presidente argentino**. El País, Buenos Aires, 28 out. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/27/internacional/1572188885_484061.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

História da Cepal | CEPAL. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/sobre/historia-cepal>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LANDIM, Raquel. **Lula não vai à posse de Milei mesmo com carta, mas cogita telefonema, dizem interlocutores**. CNN Brasil, São Paulo, 27 nov. 2023. Disponível: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-nao-vai-a-posse-de-milei-mesmo-com-carta-mas-cogita-telefonema-dizem-interlocutores/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

MANDEL, Ernest. **La teoría marxiana de la acumulación primitiva y la industrialización del tercer mundo**. Pensamiento crítico. La Habana, número 36, 1970.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Exportações brasileiras batem recordes em julho e no acumulado do ano**. Ministério da Economia, 02 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/exportacoes-brasileiras-batem-recordes-em-julho-e-no-acumulado-do-ano>>. Acesso em: 24 set. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano de Ação para o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina.** Ministério das Relações Exteriores, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/plano-de-acao-para-o-relançamento-da-alianca-estrategica-brasil-argentina> . Acesso em: 11 set. 2024.

MOLITERNO, Danilo. **Com eleições na Argentina, relação do Brasil com seu 3º maior exportador e importador vira incógnita.** CNN Brasil, São Paulo, 19 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/argentina-e-3o-maior-exportador-e-importador-de-produtos-brasileiros/>>. Acesso em: 6 set. 2024.

MONTEIRO, Solange. **A queda da participação argentina nas exportações brasileiras.** FGV, IBRE - Instituto Brasileiro de Economia, Blog da Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro. 22 mai. 2024. Disponível em: <<https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/queda-da-participacao-argentina-nas-exportacoes-brasileiras>>. Acesso em: 26 set. 2024.

NOBERTO, Cristiane. **Exportações para a Argentina caem 50% em junho, diz governo.** CNN Brasil, Brasília, 04 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/exportacoes-para-a-argentina-caem-50-em-junho-diz-governo/#:~:text=As%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20brasileiras%20para%20a,n%C3%BAmeros%20da%20economia%20do%20pa%C3%ADs.>>>. Acesso em: 20 set. 2024.

Objetivos do MERCOSUL - MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

O GLOBO. **Alvo de críticas de Bolsonaro, Alberto Fernández diz torcer por Lula na eleição.** O Globo, Buenos Aires, 30 jun. 2022 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/alvo-de-criticas-de-bolsonaro-alberto-fernandez-diz-torcer-por-lula-na-eleicao.ghtml>>. Acesso em: 11 set. 2024.

OLIVEIRA, Clarissa. **Lula pede cautela e defende tom moderado em relação a Milei, dizem interlocutores.** CNN Brasil, 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-pede-cautela-e-defende-tom-moderado-e-m-relacao-a-milei-dizem-interlocutores/>>. Acesso em: 22 set. 2024.

Países do MERCOSUL - MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PINHEIRO, Nathalia Pereira. **A Construção da Tese Centro-Periferia no Pensamento Cepalino.** 8º Conferência Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PRADO, GABRIELA; CNN BRASIL. **Lula pede manutenção de relação bilateral com Argentina em reunião com embaixador brasileiro.** CNN Brasil, Brasília, 15 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-pede-manutencao-de-relacao-bilateral-com-argentina-em-reuniao-com-embaixador-brasileiro/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

PRADO, Gabriela. **Milei envia segunda carta a Lula e reforça “centralidade” de relações bilaterais.** CNN Brasil, Brasília, 15 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/milei-envia-segunda-carta-a-lula-e-reforca-centralidade-de-relacoes-bilaterais/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

PRAZERES, Leandro. **As estratégias do governo Lula para lidar com Javier Milei.** BCC Brasil, 21 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czd2jnvvwlqo>>. Acesso em: 24 set. 2024.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** em Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICARDO, David. **On The Principles of Political Economy and Taxation.** The Works and Correspondence of David Ricardo (vol. I). Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

RITTNER, Daniel; TADDEO, Luciana. **Brasil socorre Argentina com Petrobras e evita colapso energético no país.** CNN Brasil, Brasília e Buenos Aires, 30 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-lula-socorre-milei-em-compra-d-e-gas-da-petrobras-em-meio-a-grave-crise-energetica/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

ROSA, João; RIBBEIRO, Leonardo; HAHON, Eduardo. **Em quase seis meses, Lula se reuniu mais vezes com Fernández do que com 25 ministros.** CNN, Brasília, 26 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-quase-seis-meses-lula-se-reuniu-mais-vezes-com-fernandez-do-que-com-25-ministros/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

SALES, Rafael; LIMA, Santos Nicole; ALMEIDA, Gustavo. **Brasil e Argentina em tempos de pandemia e bolsonarismo.** Observatório de Política Externa e da

Inserção Internacional do Brasil, 14 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50606788>>. Acesso em: 8 set. 2024.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **É fake que relações entre Brasil e Argentina foram rompidas.** Presidência da República: Secretaria de Comunicação Social | Relações Exteriores. 21 nov. 2023 Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/11/obras-e-projetos-do-brasil-em-parceria-com-argentina-nao-serao-abandonados><https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/11/obras-e-projetos-do-brasil-em-parceria-com-argentina-nao-serao-abandonado>>. Acesso em: 8 set. 2024.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas.** Lua nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, 1989.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Exportações atingem o maior valor mensal da história, com US\$ 29,09 bilhões em março.** Gov.br, Serviços e Informações do Brasil, Comércio Exterior, 04 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/04/exportacoes-atingem-o-maior-valor-mensal-da-historia-com-us-29-09-bilhoes-em-marco>>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, Juliana Franchi da; CARVALHO, Luciana Cristina. **Uma reflexão sobre o processo de integração latino-americana.** Universidad de Belgrano. Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria. RLCU., 2013.

STUENKEL, Oliver. **Relação entre Brasil e Argentina passará por momento mais difícil em décadas.** El País, 15 out. 2019 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/15/opinion/1571142205_074549.html#?rel=mas>. Acesso em: 7 set. 2024.

TADDEO, Luciana; MAGALHÃES, Leandro. **Chanceler de Milei sinaliza a governo Lula ampliar acordos com Mercosul.** CNN Brasil, Buenos Aires, 09 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chanceler-de-milei-sinaliza-a-governo-lula-ampliar-acordos-com-mercosul/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

THE ECONOMIST. **The Economist: Divergências políticas e econômicas evidenciam a irrelevância do Mercosul.** Estadão, 13 jul. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/the-economist-divergencias-politica-economica-ameaca-mercosul/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

Tratado de Assunção. 26 mar. 1991. Disponível em: https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/15511/1/tratado_de_asuncion.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

Tratado de Integração - 29/11/1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoeseventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/tratadointegracao.html#:~:text=A%20Ata%20para%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Brasileiro%2DArgentina%20e%20os,econ%C3%B4mica%20entre%20as%20duas%20Na%C3%A7%C3%B5es%2C%20em%20um>>. Acesso em: 1 set. 2024.

VILELA, Rafael Pedro. **Presidentes criam grupo para definir integração na América do Sul: Reunião em Brasília contou com participação de 11 chefes de Estado.** Agência Brasil, Brasília, 30 mai. 2023. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/presidentes-criam-grupo-para-definir-integracao-na-america-do-sul>>. Acesso em: 20 set. 2024.